



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA**

KARINA SORAYA DE BORBA

**O PERÍODO DITATORIAL DE PORTUGAL NA OBRA LEVANTADO DO CHÃO DE
JOSÉ SARAMAGO**

LAGES – SC

2025

KARINA SORAYA DE BORBA

**O PERÍDO DITATORIAL DE PORTUGAL NA OBRA LEVANTADO DO CHÃO DE
JOSÉ SARAMAGO**

Monografia apresentada à Universidade do Planalto
Catarinense – Uniplac, como parte dos requisitos para
a conclusão do Curso de Graduação de Licenciatura
em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa.
Orientador(a): Prof. Me. Kátia M. Ferreira Pessoa

LAGES – SC

2025

KARINA SORYA DE BORBA

**O PERÍODO DITATORIAL DE PORTUGAL NA OBRA LEVANTADO DO CHÃO DE
JOSÉ SARAMAGO**

Monografia apresentada à Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac, como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Graduação de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

() Aprovado () Reprovado Nota: _____

Lages, _____ de _____ de 2025.

Banca examinadora:

Orientador(a) Prof. Me. Kátia M. Ferreira Pessoa

Prof. Me. Altamir Guilherme Wagner

Prof. Me. Maria Cândida Melo Pereira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutaram pela terra, pelo direito de plantar, colher e se alimentar com dignidade. Homens, mulheres e crianças que enfrentaram a dureza dos latifúndios, a violência do silêncio imposto e a opressão de um regime que fechou seus olhos para a justiça. A cada vida ceifada pela fome, pelo cansaço ou pela repressão, minha sincera homenagem. Que suas histórias, ainda que muitas vezes esquecidas, sejam lembradas através da Literatura, da memória e da luta que ainda não terminou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me direcionado com sabedoria e luz ao longo desta jornada, permitindo que eu mantivesse o foco e a serenidade, mesmo diante das adversidades que surgiram durante este ano. À minha família, sou imensamente grata pela paciência cotidiana, pelo amor constante e por compreenderem minhas ausências frequentes. Aos colegas e amigos que encontrei na vida acadêmica, deixo minha gratidão pela leveza e alegria com que tornaram essa jornada mais. À minha orientadora, Katia, agradeço profundamente pela dedicação, disponibilidade e por partilhar comigo seus conhecimentos. Estendo também meu reconhecimento a todos os mestres do curso de Letras, que com ética, compromisso e generosidade deixaram marcas fundamentais na minha formação. Por fim, agradeço à instituição Uniplac e a todos os seus funcionários, que sempre se mostraram zelosos, pacientes e solícitos, contribuindo para que cada etapa desta trajetória fosse possível.

“Não é a pornografia que é obscena, é a fome que é obscena.”.

José Saramago

RESUMO

A literatura possui um papel fundamental na preservação da memória histórica e na denúncia das injustiças sociais, especialmente quando se debruça sobre períodos marcados por repressão e censura. Nesse contexto, a obra *Levantado do Chão*, de José Saramago, inserida no período neorrealista da literatura portuguesa, tornou-se um exemplo expressivo de como a ficção pode ser utilizada como forma de resistência política e crítica social. Esta pesquisa teve como objetivo a análise da obra *Levantado do Chão*, de José Saramago, com ênfase na forma como o autor articula elementos da ficção literária com acontecimentos históricos para construir uma crítica contundente à ditadura salazarista em Portugal. A narrativa, ambientada na região do Alentejo, acompanha a trajetória da família Mau Tempo ao longo de quatro gerações, revelando as condições de vida dos trabalhadores rurais portugueses submetidos a um regime autoritário que perdurou por quase meio século. O estudo partiu da contextualização histórica que iniciou no fim da Monarquia em Portugal e finalizou com a Revolução Portuguesa em 1974. Este período foi marcado por forte repressão política, censura, perseguições e injustiça social, especialmente no meio rural. Inserida nesse cenário, a obra destacou-se como uma literatura de resistência, uma vez que denunciou a exploração dos trabalhadores e camponeses na região do Alentejo. A metodologia adotada para a construção deste trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica, com base em leituras criteriosas de autores consagrados que abordaram a temática da História de Portugal, a ditadura portuguesa e a estrutura agrária do país. A análise literária fundamentou-se ainda pelos elementos narrativos e estilísticos adotados por Saramago. Também, examinou-se a construção dos personagens como representações simbólicas da opressão e da resistência vivida pelas populações rurais durante a ditadura. *Levantado do Chão* reafirmou a importância da Literatura como instrumento de crítica, denúncia e preservação da memória histórica, assim como ofereceu uma reflexão profunda sobre os impactos sociais e políticos do regime autoritário em Portugal.

Palavras - chave: Estado Novo. Portugal Rural. José Saramago.

ABSTRACT

The Dictatorial Period of Portugal in the Novel *Levantado do Chão*

Literature plays a fundamental role in preserving historical memory and denouncing social injustices, especially when it focuses on periods marked by repression and censorship. In this context, the novel *Levantado do Chão* (Raised from the Ground), by José Saramago, situated within the neorealist period of Portuguese literature, has become a powerful example of how fiction can be used as a form of political resistance and social critique. This research aimed to analyze *Levantado do Chão*, by José Saramago, with emphasis on how the author intertwines elements of literary fiction with historical events to construct a strong critique of the Salazar dictatorship in Portugal. The narrative, set in the Alentejo region, follows the Mau Tempo family over four generations, revealing the living conditions of Portuguese rural workers subjected to an authoritarian regime that lasted for nearly half a century. The study began with a historical contextualization, starting from the end of the Portuguese monarchy and concluding with the Portuguese Revolution in 1974. This period was marked by severe political repression, censorship, persecution, and social injustice, particularly in rural areas. Within this scenario, the novel stands out as a literature of resistance, as it denounces the exploitation of workers and peasants in the Alentejo region. The methodology adopted for this research consisted of a bibliographic review, based on careful readings of renowned authors who addressed the themes of Portuguese history, the dictatorship, and the country's agrarian structure. The literary analysis was also grounded in the narrative and stylistic elements employed by Saramago. Furthermore, the study examined the construction of characters as symbolic representations of oppression and resistance experienced by rural populations during the dictatorship. *Levantado do Chão* reaffirmed the importance of literature as a tool for critique, denunciation, and preservation of historical memory, while also offering a profound reflection on the social and political impacts of the authoritarian regime in Portugal.

Keywords: Estado Novo. Rural Portugal. José Saramago.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPA	Cooperativas de Produção Agrícola
PIDE.....	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PVGD.....	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
UCP.....	Unidades Coletivas de Produção Agrícola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO 1 - DITADURA DE PORTUGAL: DO FIM DA MONARQUIA À DITADURA SALAZARISTA	14
1.1 FIM DA MONARQUIA DE PORTUGAL	14
1.2 PRIMEIRA REPÚBLICA DE PORTUGAL (1910-1926)	16
1.3 DITADURA MILITAR E ESTADO NOVO (1926 – 1974)	19
1.4 ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR.....	20
1.5 A DITADURA SALAZARISTA NO ESTADO NOVO.....	21
2 CAPÍTULO 2 - O REFLEXO DA DITADURA EM PORTUGAL À REVOLUÇÃO PORTUGUESA.....	27
2.1 PORTUGAL AGRÁRIO	27
2.2 REVOLUÇÃO PORTUGUESA	32
2.3 A REFORMA AGRÁRIA NOS CAMPOS DO ALENTEJO: A TERRA A QUEM TRABALHA	36
3 CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE LITERÁRIA DA OBRA <i>LEVANTADO DO CHÃO</i> DE JOSÉ SARAMAGO	41
3.1 NEORREALISMO PORTUGUÊS.....	41
3.2 JOSÉ SARAMAGO	43
3.3 CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS E OBRAS DE JOSÉ SARAMAGO	44
3.4 HISTÓRIA E DADOS DO ROMANCE NEORREALISTA PORTUGUÊS “ <i>LEVANTADO DO CHÃO</i> ” DE JOSÉ SARAMAGO.....	46
3.5 ANÁLISE LITERÁRIA DO ROMANCE <i>LEVANTADO DO CHÃO</i>	48
3.5.1 A constituição da família Mau-Tempo no Alentejo e a base histórica	48
3.5.2 Da análise Literária de <i>Levantado do Chão</i>	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	69

INTRODUÇÃO

No início do século XX, a instabilidade política e o crescente descontentamento com a monarquia culminaram na Revolução Republicana de 1910, instaurando a Primeira República em Portugal. Esse período, no entanto, foi marcado por crises econômicas, conflitos sociais e sucessivas mudanças de governo. Em 1926, militares conservadores executaram um golpe de Estado, pondo fim à Primeira República, assim instaurou-se a ditadura militar em Portugal. Para consolidar o regime, os militares nomearam António de Oliveira Salazar, que assumiu o Ministério das Finanças e, posteriormente, tornou-se primeiro-ministro, implantando em 1933 o Estado Novo, um regime autoritário inspirado no fascismo, caracterizado por forte centralização do poder, censura, repressão política e nacionalismo. Assim, esses aspectos serão explorados no Capítulo 1, que abordará o processo de transição da monarquia para a república, o golpe militar de 1926, a ascensão de Salazar e a consolidação do regime ditatorial em Portugal.

A permanência de Salazar no poder ao longo de décadas teve consequências profundas na estrutura social portuguesa, em especial na região do Alentejo, onde predominavam os grandes latifúndios e a exploração intensa do trabalho agrícola. O salazarismo reprimiu qualquer forma de organização política entre os trabalhadores rurais e camponeses a fim de privilegiar os interesses da burguesia latifundiária. O segundo capítulo abordará o contexto de Portugal agrário durante o Estado Novo, período marcado por um profundo retrocesso social e econômico no campo. Apesar de a maioria da população portuguesa viver em áreas rurais, predominou por muito tempo o atraso de Portugal frente ao Estado Novo. Nesse cenário, discutiremos a reforma agrária, especialmente no Alentejo, onde a luta pela terra simbolizava o desejo por justiça e dignidade ao trabalho. Também, apontamos as transformações políticas nesse cenário que culminou com a Revolução Portuguesa em 1974, encerrando-se o regime do Estado Novo.

Diante desse contexto histórico, a literatura portuguesa desempenha papel fundamental como meio de denúncia, resistência e preservação da memória. É nesse cenário que se insere o romance *Levantado do Chão*, de José Saramago, publicado em 1980, cuja narrativa acompanha a trajetória da família Mau Tempo ao longo de várias gerações de camponeses do Alentejo. A obra retrata, com profundidade e sensibilidade, as duras condições de vida dos trabalhadores rurais e suas lutas por justiça, terra e dignidade, revelando as marcas da opressão salazarista no cotidiano dessas populações. A partir disso, este trabalho tem como

objetivo geral analisar como a obra *Levantado do Chão* apresenta a realidade social e política de Portugal durante os cinquenta anos de ditadura e de que forma o autor articula história e ficção, por meio da literatura, para construir uma crítica contundente ao regime salazarista.

A escolha por esse tema surgiu a partir das aulas de Literatura Portuguesa, que despertaram o interesse pelo longo período ditatorial vivido por Portugal. A curiosidade sobre a figura de Salazar, os mecanismos utilizados para a manutenção de seu poder, as reações da sociedade portuguesa e o processo de transição democrática motivaram a busca por um olhar literário que abordasse essas questões. José Saramago é um autor conhecido por seu engajamento político e social, e por ter vivido nesse período, foi natural recorrer à sua obra como fonte de análise crítica.

No terceiro capítulo, será dedicado à análise literária da obra *Levantado do Chão*, com fundamentação em sua inserção no movimento Neorrealista português. Exploramos as características literárias do neorrealismo, a trajetória de José Saramago, bem como suas características literárias e o seu estilo peculiar enquanto autor comprometido com a crítica social. A abordagem incluirá a articulação entre a Literatura Portuguesa e a História de Portugal. Portanto, serão considerados os dados históricos evocados na obra e o papel da ficção na reconstrução da memória coletiva de um dos períodos mais autoritários da história de Portugal.

1 CAPÍTULO 1 - DITADURA DE PORTUGAL: DO FIM DA MONARQUIA À DITADURA SALAZARISTA

Este capítulo analisará o processo histórico que conduziu ao fim da monarquia em Portugal, à implantação da Primeira República (1910), à Ditadura Militar (1926) e ao estabelecimento do Estado Novo sob a liderança de António de Oliveira Salazar. A narrativa contempla os principais fatores que provocaram a queda da monarquia, os desafios e contradições do regime republicano, bem como a ascensão de um regime autoritário que perdurou por décadas. A discussão está amparada em autores como Figueiredo (1976), Marques (2000), Schiavon (2011), Saldanha (2015), Teixeira (1987) e Ferreira e Dias (2016), cujas obras oferecem suporte crítico para compreender as transformações políticas, sociais e econômicas desse longo período.

1.1 FIM DA MONARQUIA DE PORTUGAL

Desde os últimos anos do século XIX crescia o descontentamento dos portugueses frente à monarquia. Apesar da produção, as importações continuavam elevadas e devia-se muito a países estrangeiros. Muitas fábricas fecharam e o número de desempregados aumentou. Crescia uma crise econômica em todo o país. Trabalhadores urbanos, agricultores e outros trabalhadores rurais viam sua situação se agravar. Apenas a elite, que já era muito rica, conseguia acumular ainda mais riqueza. (Figueiredo, 1976)

Segundo Marques, (2000) além desses fatores, a sujeição de Portugal aos interesses coloniais britânicos, os elevados gastos da família real, a influência da Igreja, a instabilidade política e social, o sistema de revezamento entre dois partidos (progressistas e regeneradores) no poder, e a aparente incapacidade do regime de acompanhar a modernidade foram fatores que enfraqueceram progressivamente a monarquia portuguesa. Além disso, no início do século XX, a monarquia portuguesa enfrentava forte impopularidade, além dos gastos considerados exagerados pelos portugueses

É neste cenário que os ideais republicanos começavam a ganhar força. Mas, somente a partir de 1880, durante as comemorações do terceiro centenário da morte do poeta Camões, por meio do professor de Literatura Portuguesa e positivista Joaquim Teófilo Fernandes Braga, reaviva-se o sentimento patriótico que há muito tempo estava esquecido em Portugal. (Schiavon 2011). Paralelo a esses acontecimentos, a África sofria o impacto da expansão e do colonialismo europeu, e Portugal acompanhava a tendência dessa expansão territorial, a fim de garantir sua soberania por meio das colônias de Angola e Moçambique, uma vez que havia perdido sua principal colônia na América, o Brasil. (Saldanha, 2015)

Nessa fase, a Europa impulsionada por fatores como o crescimento populacional, avanços tecnológicos, mudanças econômicas e financeiras, expandia ainda mais o controle sobre o território africano. Segundo Teixeira (1987), as potências europeias passavam por uma nova revolução industrial e por isso necessitavam de matérias-primas das quais só eram disponíveis no continente africano.

Entretanto, à medida que os países europeus viviam o auge do colonialismo nesse período, Portugal enfraquecia sua expansão. A monarquia portuguesa que até então detinha a ocupação efetiva desses territórios, adquirida pelo princípio dos direitos históricos, perdia seu espaço para as potências europeias que já haviam se instalado nos territórios africanos. (Saldanha, 2015).

Assim, para definir essa disputa por territórios africanos, em 1884, na Conferência de Berlim, decide-se que os direitos históricos de descoberta sobre os territórios africanos passariam a ser substituídos por uma ocupação efetiva, conhecida como a Partilha da África. (Saldanha, 2015). É nesse momento que começa a se desenhar a derrota da monarquia portuguesa.

Portugal sente os seus direitos históricos ameaçados no interior do continente africano. Com o objetivo de evitar novas perdas territoriais para manter seu status de império colonial, em 1886 o rei D. Carlos (1889-1908) envia o ousado mapa cor-de-rosa ou mapa geográfico que ligaria as colônias de Angola e Moçambique. (Rodrigues, 1996) Entretanto, esse ousado mapa entrava em conflito com os interesses britânicos que tinham planos de ligar Cabo (África do Sul) ao Cairo (Egito).

Diante disso, cresce a rapidez na troca das notas diplomáticas e, com ela, a violência na comunicação das monarquias. E para aumentar o descontentamento dos portugueses e marcar de forma negativa os últimos anos da monarquia, em 11 de janeiro de 1890, o governo britânico enviou um ultimato em forma de memorando a Portugal, para que retirasse suas tropas da região entre as colônias de Moçambique e Angola, caso não retirasse suas tropas, haveria guerra. Logo, D. Carlos atende de imediato as ameaças da potência britânica. (Saldanha, 2015).

Aquilo que então era para ser um evento diplomático, transformou-se, também, em uma questão de política interna. A decisão real de acatamento ao ultimato inglês foi o estopim para ser desencadeada uma campanha de oposição e uma intensa onda de insatisfação popular se espalha pelo país. A família real era vista como subserviente aos desejos dos britânicos.

O acontecimento diplomático é aproveitado e explorado ao nível da política interna e é nesse plano que o Partido Republicano ganha ainda mais força com a disseminação de ideias

contrárias à monarquia. Forças ativas da sociedade, unidas pelo sentimento de ofensa à nação, mobilizam-se em um amplo movimento de caráter nacional e patriótico que se espalha por todo o país.

A agitação política e os protestos contra a monarquia intensificaram-se. Em 1º de fevereiro de 1908, em Lisboa, a família real sofre um atentado que resulta no assassinato do rei D. Carlos e de seu herdeiro, D. Luís Filipe I. D. Manuel II, com apenas 18 anos, foi aclamado o novo rei. Contudo, nada impedia o avanço do Partido Republicano. Em 1 de novembro o Partido Republicano venceu as eleições em Lisboa e em mais 16 municípios, de modo que Lisboa tornava-se assim uma das primeiras capitais republicanas da Europa. D. Manuel II busca apoio dos partidos monárquicos, mas não conseguiu conter o avanço do movimento republicano, que seguia determinado a colocar fim à monarquia em Portugal. (Pires, 2017)

Para agravar ainda mais a situação, a economia portuguesa vivia tempos caóticos, ao ponto de mais uma vez colocar em risco os territórios ultramarinos, que eram cobiçados pelos credores externos. Além do mais, o país enfrentava novamente uma enorme dívida pública em que se importava duas vezes a mais do que se exportava. Diante desse contexto, os portugueses passam a perceber o Partido Republicano como o único defensor dos interesses nacionais. Para muitos, conforme Teixeira (1987), ele se torna a última resistência contra as afrontas externas e a única força política comprometida com a proteção do patriotismo ferido.

Por fim, os republicanos, divididos entre dois blocos, a via pacifista e a revolucionária, reuniram-se em abril de 1909, para definir a melhor estratégia para instaurar a República. Com a eleição de um novo diretório, decidiu-se que a revolução era o meio mais eficaz para derrubar a monarquia. Assim, no dia 05 de outubro de 1910, o Palácio das Necessidades foi bombardeado, residência oficial do Rei D. Manuel II, e resultou no fim do regime monárquico. A República foi proclamada na Câmara Municipal por José Relvas, enquanto D. Manuel II e sua mãe partiram para o exílio na Ericeira. (Ferreira e Dias, 2016).

1.2 PRIMEIRA REPÚBLICA DE PORTUGAL (1910-1926)

Com o decreto da Proclamação da República em 05 de outubro de 1910, a Primeira República Portuguesa ou República Parlamentar foi o sistema político vigente em Portugal após a queda da Monarquia Portuguesa, que duraria até o golpe militar de 28 de maio de 1926. Em agosto de 1911, período que antecedeu a promulgação da nova Constituição, o governo provisório esteve sob a liderança de Teófilo Braga. O presidente Braga governa o país até a elaboração de uma nova Constituição. Seu principal ato foi instituir A Lei da Separação do

Estado das Igrejas, bandeira levantada pelos republicanos. Como cita Diogo e Dias (2016, p. 161):

O anticlericalismo esteve presente através da Lei da Separação do Estado das Igrejas, implementada pelo ministro da Justiça, Afonso Costa, em 1911. Desta forma, o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado, o ensino religioso foi proibido e as ordens religiosas foram expulsas e os bens nacionalizados. Num País maioritariamente católico, estas medidas chocaram as mentalidades da época e foram um dos principais motivos para que a República ganhasse alguns opositores entre os meios conservadores.

E em 24 de agosto de 1912, Dr. Manuel José de Arriaga Brum da Silveira foi eleito à presidência da República portuguesa, e em 3 de setembro, foi formado o primeiro governo conforme a nova Constituição. Na esfera política, a figura do rei foi substituída pela figura do presidente da República e o mandato presidencial tinha duração de quatro anos, sem possibilidade de reeleição. Logo, o presidente detinha o poder executivo e nomeava o governo com ministros selecionados entre os membros do partido com a maioria parlamentar. (Figueiredo, 1976).

A bandeira azul e branco da Monarquia foi substituída pela a nova bandeira nacional verde e rubro da República enquanto o Hino Nacional foi substituído pelo “A Portuguesa”, como símbolos de um novo regime. Quanto ao voto, era permitido apenas a homens com mais de 21 anos que soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família, o que limitava o eleitorado com um pouco mais de 400 mil pessoas em um país com seis milhões de habitantes. (Ferreira e Dias, 2016). Entre as leis progressistas, foram legalizados o divórcio, a legitimação de filhos fora do casamento, abolição do ensino religioso nas escolas. Ademais, o novo governo republicano decretou que todas as instituições religiosas, entre elas mosteiros e conventos fossem abolidos. (Ferrari, 2023).

Do ponto de vista social, os avanços legislativos refletiram uma transformação significativa nas estruturas familiares e nos direitos civis. A eliminação da distinção entre filhos legítimos e ilegítimos representou a consolidação do princípio da equidade, promovendo igualdade de direitos independentemente da origem familiar. Além disso, a regulamentação do divórcio marcou uma ruptura com valores tradicionais, o que possibilitou a reconfiguração de novos modelos familiares

Em relação à educação, também teve melhoras significativas. Para combater o alto índice de analfabetismo, ampliou-se o número de escolas e fortaleceu o ensino primário obrigatório dos sete aos dez anos, segundo Ferreira e Dias (2016). Assim, em 16 anos da República houve uma queda de 10% nos níveis de analfabetismo.

Quanto às leis trabalhistas, essas leis estabeleceram direitos fundamentais para os trabalhadores. Entre as medidas adotadas, destacam-se a garantia ao direito de greve, a implementação do descanso semanal e a fixação da jornada máxima de 48 horas por semana. (Ferreira e Dias, 2016).

Por outro lado, apesar de alguns avanços, a República não foi capaz de cumprir com as promessas realizadas ao movimento operário, pois as instituições patronais ganharam força. Os primeiros anos do regime republicano em Portugal foram caracterizados por frequentes conflitos e fragmentações entre os próprios integrantes do Partido Republicano, pois o que os unia era somente a queda da monarquia. Quanto ao futuro do país, não havia convergência, tampouco planejamento. (Schiavon 2011)

Junto a esse cenário, as divergências se acentuaram com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e os conflitos políticos que surgiram em torno da decisão de Portugal participar do conflito. O Partido Democrático apoiava a entrada de Portugal na guerra, defendendo uma postura mais alinhada com os interesses internacionais. (Schiavon, 2011).

Diante de tantas instabilidades, a Primeira República revelou-se politicamente instável e administrativamente frágil, além de enfrentar sucessivas trocas de governo, a recorrência de eleições e a incapacidade de consolidar um regime eficaz. Ainda assim, enfrentava dificuldades à segurança, enquanto a violência nas ruas atingia níveis sem precedentes. Somada a isso, uma grave crise econômica e uma dívida pública deixada pela monarquia.

Quanto à política externa, a Grã-Bretanha continua a impor suas vontades a Portugal, pois a maior parte do comércio externo girava em torno das relações com o Reino Unido. Ademais, após 1914, os gastos com a guerra, a inflação e a desvalorização da moeda agravaram ainda mais a situação. (Marques, 2000)

Diante de tanta turbulência, quem tratou de colocar fim à Primeira República de 1910 foi uma parte do exército liderado por Sidónio Paes. Ele promoveu um golpe militar em cinco de dezembro de 1917 e assumiu o poder. Entretanto seu período foi curto, pois Sidónio foi assassinado um ano depois. (Ferrari, 2023).

Assim, após a alternância de 45 governos em dezesseis anos e alguns breves golpes de Estado, a primeira República caiu em 1926. Com a queda, as forças da direita se valeram da instabilidade política e influenciaram os líderes militares a decretarem o fim do governo. Nesse longo período de oscilações e instabilidades políticas, a República desgastada teve oito presidentes, 45 governos, um governo provisório, 38 primeiros-ministros e uma junta constitucional.

Assim, aos 28 de maio de 1926, em Braga iniciava uma nova revolução nacional, ordenada pelo exército, que levou a demissão do governo de António Maria da Silva e ao nascimento da Ditadura Nacional, o general Carmona assume presidência da República interinamente.

1.3 DITADURA MILITAR E ESTADO NOVO (1926 – 1974)

António Óscar de Fragoso Carmona foi o principal dirigente da ditadura, permaneceu até sua morte em 1951. Gomes da Costa ficou como primeiro-ministro somente até 1928. Ferrari (2023).

A tomada pelos militares ocorreu em um momento de intensas transformações políticas na Europa, uma vez que o continente passava pela ascensão de partidos e ideologias de extrema-direita, como o fascismo de Mussolini na Itália e o regime de Primo de Rivera na Espanha. Isso gerou um clima de tensão política e receio da expansão do comunismo, que também se espalhou por Portugal. (Ferreira e Dias, 2016).

Durante os dois meses posteriores ao golpe, Portugal foi liderado por três chefes de Estado: José Mendes Cabeçadas Júnior, Manuel Gomes da Costa e Óscar Carmona, sem eleições diretas. Cada um deles representava um grupo distinto dentro do movimento militar, o que evidenciava a ausência de um projeto político concreto. (Figueiredo, 1976)

Portugal passava novamente por grave crise financeira e escassez de recursos externos, o Coronel Vicente de Freitas organizou um novo ministério e nomeou o professor de Economia da Universidade de Coimbra, António de Oliveira Salazar, para o cargo de Ministro das Finanças. Salazar conseguiu equilibrar o orçamento e estabilizar o escudo português. (Figueiredo, 1976).

Em cinco de julho de 1932, Salazar assume o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, posição que ocuparia até 1968, e a partir desse momento, ele iniciou a substituição de generais do governo por professores da Universidade de Coimbra. Além disso, também propôs a alteração para a elaboração de uma nova Constituição.

No ano seguinte, em 19 de março de 1933, o governo submete o projeto constitucional a um plebiscito nacional. A adoção da nova Constituição é vencida com 580.379. Com a promulgação da Constituição, tem-se o início do Estado Novo em Portugal. (Figueiredo, 1976). Movimento que defendia valores ainda mais tradicionais, como religião, exército, nação, família semelhante aos movimentos conservadores que surgiram na Europa.

1.4 ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

A ascensão de um governo militar em Portugal, iniciada com o golpe de 1926, levou a uma sucessão de líderes que tentavam estabilizar o país em meio ao caos político e econômico. No entanto, de maneira paradoxal ou até lógica, a solução encontrada pelos militares não foi um comandante de carreira, mas sim um civil com forte ligação ao clero.

António de Oliveira Salazar nasceu em 28 de abril de 1889 na modesta aldeia do Vimieiro, no município de Santa Comba Dão. Filho de António de Oliveira e de Maria do Resgate Salazar. Uma família de camponeses pobres, com cinco filhos, era o mais novo e o único masculino. (Ferrari, 2023).

A condição de vida da família só viria a melhorar quando o patriarca da família Oliveira foi trabalhar como caseiro nas propriedades de António Xavier Perestrelo Corte-Real, ex-governador civil de Porto Alegre e redator do jornal *Viriato* de Viseu, família tradicionalmente rica de grandes propriedades, que mais tarde seria seu padrinho. (Ferrari, 2023).

Como Portugal era um país em que 80% da população trabalhava no meio rural e com baixa escolaridade, as oportunidades de educação para os camponeses eram inexistentes. Apenas duas alternativas poderiam ocorrer: as mulheres por meio de um bom casamento e aos homens uma oportunidade por meio dos seminários católicos que ofereciam vagas anualmente em todo o país. (Figueiredo, 1976).

A vida da família de Salazar melhorou quando seus pais transformaram a casa em que moravam em uma pensão para trabalhadores que vinham de fora. Assim, Salazar passou a frequentar a escola no campo. As aulas eram ministradas pelo secretário municipal e professor local da cidade que fazia da casa de moradia uma sala de aula. (Ferrari, 2023).

Na adolescência entra para o Seminário, pois apresentava aptidão vocacional religiosa e atitudes de respeito, fator preponderante para aceitação no ingresso de jovens camponeses ao Seminário. Portanto, Salazar encontraria uma carreira dentro do seminário. Entretanto indiferente aos acontecimentos nas grandes cidades, uma vida mais provinciana e com forte educação católica. (Ferrari, 2023)

Salazar ingressa no curso de Direito pela Universidade de Coimbra. Formado passa a atuar como professor assistente na mesma instituição. Em 1918, obteve o título de doutor em Direito pela Universidade de Coimbra e assumiu definitivamente o cargo de professor. (Ferrari, 2023).

Salazar aderiu ao Centro Acadêmico de Democracia Cristã Durante sua trajetória acadêmica, movido pela defesa da fé cristã, onde conheceu pessoas que seriam fundamentais

para sua ascensão política, especialmente o futuro Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro cardeal de Lisboa e que se exercia grande influência nas decisões de Salazar. (Ferrari, 2023).

Movido pela defesa da fé cristã e pelo que considerava ataques à Igreja Católica, Salazar começou a enviar artigos para publicações católicas, em que utilizava o pseudônimo Alves da Silva, prática que manteve ao longo de sua vida sob a assinatura de O Imparcial. Eventualmente fazia discursos em congressos católicos com temas políticos e religiosos “Deus, Pátria, Liberdade e Família. (Ferrari, 2023).

Logo, infere-se que Salazar observava os acontecimentos e tinha convicções seguras para se posicionar diante do cenário político pelo qual política de Portugal passava. De igual maneira, seus discursos em defesa da igreja católica acabariam por aproximar Salazar da política e com os lemas “Deus, Pátria e Família” os aproximava das bases de extrema mais radical dos militares. Assim, em 1921 foi eleito para o Parlamento como candidato católico, mas não deixou de lecionar.

Após meses de administração desastrosa, em 1928, os militares recorreram a Antônio de Oliveira Salazar para ocupar o cargo de Ministro das Finanças. Ao assumir o cargo em 27 de abril de 1928, Salazar fez um discurso na sala do Conselho de Estado, a portas fechadas, no qual expôs publicamente os princípios autoritários e centralizadores que norteariam a administração do seu ministério. Ademais, em seu discurso, destacou as condições que considerava essenciais para aceitar o cargo e as renúncias que seriam necessárias para restaurar o equilíbrio fiscal do país. (Ferrari, 2023).

Essa nova fase do dirigente do Estado Novo foi apelidada de Mago das Finanças devido as suas exigências e o controle absoluto dos orçamentos de todos os ministérios, de forma a impor uma austeridade severa, contudo por meio um brutal aumento de impostos dificultou profundamente a vida dos portugueses. (Ferreira e Dias, 2016).

1.5 A DITADURA SALAZARISTA NO ESTADO NOVO

Em 1933, Salazar foi indicado para assumir o cargo de presidente do Conselho dos Ministros. Essa função correspondia, na realidade, à posição de chefe de Estado e, com isso iniciou-se a longa ditadura Salazarista, que recebeu o nome de Estado Novo Português. Com sua indicação para a presidência é promulgada uma nova Constituição de 1933. Para compreender seus plenos poderes Ferreira e Dias (2016 p.165) definem:

O presidente do Conselho de Ministros (líder do governo) possuía a totalidade dos poderes, já que superintendia a ação política dos ministros (que podia demitir ou nomear), promulgava decretos-lei e referendava os atos do Presidente da República. Ainda que a figura maior do Estado tivesse

a possibilidade de demitir o presidente do Conselho, Salazar (1932-1968) nunca foi afastado da liderança.

A União Nacional, partido único, determinaria a escolha do candidato do regime à Presidência da República, cujos titulares do cargo seriam todos militares. Ela detinha formalmente o poder legislativo, porém sem autonomia para fiscalizar o governo. Além disso, podia ser dissolvida pelo Presidente da República. Óscar Carmona reeleito sucessivamente permaneceu na chefia do Estado até à sua morte, em 1951. O seu apoio foi essencial na ascensão política de António de Oliveira Salazar. A estrutura do poder político baseava-se na predominância do poder executivo em relação ao legislativo, com o objetivo de consolidar um Estado autoritário e robusto, capaz de impedir o retorno o regime republicano, considerado instável. (Ferreira e Dias 2016)

As eleições ocorriam periodicamente, e o Estado Novo fazia questão de realizá-las como forma de legitimar seu poder, tanto internamente quanto no cenário internacional. Internamente, o processo eleitoral passava a impressão de que o povo tinha o direito de mudar o governo ou expressar descontentamento, o que ajudava a reforçar a imagem de um regime apoiado pela massa. A nível internacional, as eleições eram usadas como prova de que Portugal era uma nação democrática, em que os cidadãos podiam, teoricamente, escolher seus governantes.

Ainda assim, a legislação eleitoral do Estado Novo restringia severamente o direito ao voto. Apenas homens maiores de 21 anos, chefes de família, alfabetizados e que contribuíssem financeiramente com o Estado podiam votar. Já as mulheres, que eram a maioria votantes, ficavam de fora do processo eleitoral, pois só podiam votar aquelas que fossem chefes de família e as que possuísem curso superior. (Ferreira, 2016)

Salazar estruturou-se com base na valorização de um mundo rural conservador, nacionalista, católico e avesso a reformas agrárias ou à industrialização. Esse modelo foi essencial para a manutenção do regime, visto que a população rural era a maioria analfabeta e despolitizada, assim atuava como força de estabilização e preservação da ordem, sempre submetida aos interesses dos grandes proprietários de terra (Rosas, apud Rampinelli, 2014).

Ao contrário dos líderes fascistas da década de 1930, adotava uma postura pública discreta e reservada, fazendo poucas aparições, recusava condecorações e homenagens. Sua comunicação não era marcada por discursos impactantes, e sua vestimenta sempre com era formal, ou seja, não era nada carismático ou popular. Mesmo assim, o regime era baseado no

culto ao chefe, com uma figura forjada como “salvador da pátria” promovida pela Secretaria de Propaganda Nacional. (Ferrari, 2023)

Para (Ferrari, 2023), mesmo diante dessa personalidade discreta, Salazar atuava nos bastidores e para se preservar no império, estudou bem os princípios do fascismo e adotando o que mais conviria para Portugal: saudação romana, a propaganda, censura a todos os meios de comunicação, a milícia popular, o corporativismo, a atenção aos jovens e a supressão dos partidos. Entretanto, sem ausência de um plano desenvolvimentista por parte do Estado Novo.

O corporativismo foi adotado como forma de integração econômica e social, seguindo o modelo do fascismo italiano: “um corporativismo sempre de cunho medieval, praticamente eliminava os sindicatos, baseava-se em grupos restritos e privilegiados.” (Ferrari, 2023, p.66) Assim, o Estado Novo afirmava sua autossuficiência econômica e financeira para exercer um forte controle estatal, com atuação direta nos setores da agricultura, da indústria e das obras públicas.

Para a preservação do regime e o controle das massas, foi formada a política da Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PIDE), a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, parte da sua estrutura seria para coibir e punir eventuais opositores ao regime, que poderiam ser detidos nas prisões de Caxias ou Peniche, ou no campo de concentração de Tarrafal em Cabo Verde. Logo, o exército tornou-se o aparelho mais bem pago (Figueiredo, 1976)

Em 1936, o governo do Estado Novo fundou a Mocidade Portuguesa com a intenção de formar e moldar ideologicamente a sociedade. A participação era obrigatória para crianças de sete aos 25 anos. Além disso, havia uma milícia destinada aos rapazes com idades entre 17 e 20 anos. Eram ensinados todos os valores patrióticos e nacionalistas que o fascismo exacerbava, pela via de um ensino em que os livros oficiais sublinhavam a grandeza do regime. (Ferrari, 2023)

Um dos aspectos mais cruéis do Estado Novo foi a repressão violenta exercida pelas forças policiais, que atuavam de forma implacável contra qualquer oposição ao regime. Por meio da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e, em 1945 pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), o governo perseguiu, prendeu, torturou e até assassinou opositores. Essas instituições contavam com uma ampla rede de informantes espalhados pelo país, que colaboravam em troca de benefícios e dinheiro, e assim contribuíram para que milhares de portugueses fossem vítimas do autoritarismo.

A existência de prisões políticas em locais como Peniche, Aljube e Caxias, além do campo de concentração no Tarrafal, em Cabo Verde, simboliza de forma clara a face mais

sombria e repressiva dessa longa ditadura. (Figueiredo, 1976). As mortes tinham inspiração nazista e para onde eram levados opositores ao regime. Na primeira fase, no campo de Tarrafal, foram encarcerados, principalmente, opositores como comunistas, socialistas e sindicalistas. Inspirado nos campos de concentração da Alemanha nazista, o local não visava ao extermínio imediato, mas à eliminação lenta dos detentos por meio de isolamento e negligência. Em 1954, sob pressão internacional, o campo foi desativado, mas reaberto em 1961 durante a Guerra Colonial.

As condições de vida em Tarrafal eram extremamente desumanas: espancamentos, má alimentação, falta de higiene, clima hostil e ausência de cuidados médicos. A mortalidade era alta, e o campo passou a ser conhecido como campo da morte lenta. O médico responsável chegou a afirmar que sua função ali era apenas emitir atestados de óbito. (Figueiredo, 1976)

Na segunda Guerra Mundial, Salazar optou pelo caminho da neutralidade. O objetivo era preservar o comércio com as potências militares envolvidas no conflito, além de evitar desgastes com a Inglaterra, com quem mantinha uma antiga aliança. Outros dois fatores também foram relevantes para o posicionamento da neutralidade: a fragilidade das Forças Armadas portuguesas, que ainda estavam em processo de reorganização e o medo de que os territórios coloniais fossem invadidos ou reivindicados pela potências em conflito.

Internamente, o estrategista realizou eventos históricos e culturais, como a Exposição do Mundo Português, em 1940, que comemorava os 800 anos da fundação de Portugal. O evento teve um forte apelo nacionalista. Com isso, o ditador buscava distrair a população do cenário de guerra internacional, reforçar os valores do Estado Novo a fim de legitimar sua liderança. A exposição foi, portanto, tanto uma celebração cultural quanto uma poderosa ferramenta de propaganda política. (Figueiredo, 1976)

Após 1945, a repressão ao Partido Comunista aumentou, e seus militantes passaram a adotar rígidas regras de segurança. A polícia política, com apoio de informantes que conheciam a clandestinidade, passou a monitorar e capturar opositores. Em 1949, prendeu Álvaro Cunhal, principal adversário de Salazar. Os presos considerados mais perigosos foram imediatamente deportados para o campo do Tarrafal. (Figueiredo, 1976)

O pós-guerra viria se intensificar o regime de repressão de Salazar se não fosse a morte do presidente da República, o general Oscar Carmona em 1951, uma vez que o militar havia sido reeleito sucessivamente: em 1928, 1935, 1942 e em 1949. Assim, Salazar habilmente tomou a iniciativa de convocar o general Craveiro Lopes, que foi eleito em 1951, mantendo-se no cargo até 1958 até novas eleições

No pleito de 1958, as estruturas do regime Salazarista se abalariam com a então candidatura do general Humberto Delgado. Delgado tinha sido chefe da missão militar na OTAN. Segundo, Figueiredo (1976) Delgado tinha se desencantado com o regime de Salazar nas visitas aos territórios ultramarinos, bem como nas viagens a países estrangeiros percebeu que Portugal estava estagnado no tempo.

Delgado tinha forte apoio das massas e dos camponeses e sua candidatura foi potencializada quando respondeu a uma entrevista ao Café Chave de Ouro em Lisboa, de que se ganhasse as eleições demitiria o presidente do Conselho, se referindo a António Salazar. O caminho para a vitória era certo, caso não houvesse a manipulação pela PIDE nas cabines eleitorais. (Ferrari, 2023)

Diante disso, para não correr mais risco, Salazar lançou uma nova lei eleitoral em agosto de 1959, pela qual, em vez do voto popular, a nomeação do chefe de Estado cabia a um colégio eleitoral constituído pelos membros da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. Caso as coisas não ocorressem como Salazar desejasse, seu plano era envenenar seu sucessor (Ferrari, 2023)

Logicamente, após essas eleições, Delgado foi afastado do cargo e seguiu para o asilo político no Rio de Janeiro. Mais tarde tentou entrar em Portugal secretamente, como também não deixou de visitar as colônias africanas, mas seus passos eram vigiados o tempo todo. Em uma das passagens, próximo à fronteira com a Espanha, ele e sua secretária brasileira foram mortos pela polícia de Salazar. (Figueiredo, 1976)

A partir da fraude eleitoral, as greves que se seguiram após as eleições, para demonstrar que o povo estava descontente com a sistema eleitoral, causaram sentimento de revolta com slogans que tomaram conta do país como, como “Abaixo o fascismo e Abaixo o Salazarismo”. (Ferreira, 2016, p. 208)

O período de 1960 a 1968, inserido neste contexto, foi marcado por tensões crescentes devido às guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, tema que abordaremos no segundo capítulo. Apesar desse cenário a candidatura de Humberto Delgado, e da queda dos regimes fascistas após a Segunda Guerra Mundial, o contexto da Guerra Fria favoreceu a permanência do salazarismo. Para os países ocidentais, o combate ao comunismo era prioritário, o que levou à tolerância com a ditadura portuguesa.

No entanto, as reais crises do regime começaram em 1961 quando Henrique Galvão, que estava exilado sequestrou o navio português Santa Maria, no mar do Caribe, como forma de protesto contra a ausência de liberdade política em Portugal. A operação contou com a colaboração de Humberto Delgado e opositores. E nesse mesmo ano, o então ministro da

Defesa, Júlio Botelho Moniz, tentou articular um golpe militar para destituir Salazar, pela insatisfação frente aos rumos tomados pelo regime.

O regime salazarista ainda enfrentou fortes protestos do movimento estudantil e dos trabalhadores agrícolas do Alentejo, que atingiria o seu ponto mais alto desde a década de 40. (Figueiredo, 1976)

Em 1968, António Salazar afasta-se do poder e Marcello Caetano assume. Por muitos foi chamada a "Primavera Marcelista, pois havia promessas de novos tempos. Todavia, a primavera de Marcello Caetano em nada renovou, optou pelo continuísmo da ditadura. Apenas algumas mudanças simbólicas ocorreram, como a transformação de setores liberais, e a substituição da PIDE, com uma aparente redução na repressão. Também houve o retorno de alguns exilados políticos. (Figueiredo, 1976)

Marcello Caetano garantiu eleições livres, prometeu consultar os cadernos eleitorais, fiscalizar as urnas e garantir o voto às mulheres alfabetizadas. Porém, essa falsa abertura à democratização revelou-se breve e as eleições confirmaram-se fraudulentas. A pressão para o término das guerras coloniais deu origem a greves e apoio a movimentos oposicionistas, e Caetano intensificou a repressão contra opositores, trabalhadores, sindicalistas, estudantes e professores, prendendo muitos deles. Finalmente, após 48 anos de ditadura, a Revolução de 25 de Abril de 1974 colocou fim ao regime ditatorial de Portugal, tema que abordaremos no próximo capítulo.

2 CAPÍTULO 2 - O REFLEXO DA DITADURA EM PORTUGAL À REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Este capítulo discute o atraso estrutural de Portugal, evidenciado pela concentração fundiária, pela exploração do campesinato e pela ausência de políticas de reforma agrária ao longo do século XX. Analisa-se ainda o impacto das guerras coloniais, a Revolução dos Portugueses de 1974 e posteriormente a Reforma Agrária de Portugal. A discussão se apoia, principalmente, nos estudos de Figueiredo (1976), Varela et al. (2015), Ferrari (2023), Baptista (1994), Piçarra (2020), Sousa (2021) e Russo (2014), que oferecem importantes análises sobre as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do meio rural português.

2.1 PORTUGAL AGRÁRIO

No final do século XIX e mais especificamente a partir do século XX o atraso de Portugal frente às potências europeias começava a se evidenciar. A partir da corrida pelo ouro, no século XV, já se confirmava o distanciamento do país com as principais nações industriais. À medida que os países europeus avançavam a passos largos impulsionado pelo avanço industrial, os portugueses ainda faziam todo o seu trabalho por meio da força humana e por meio do trabalho animal, enquanto nos outros países europeus o maquinário industrial crescia progressivamente.

Em 1911, Portugal era um país pobre e pequeno, a população portuguesa era de 5,9 milhões, subiu para seis milhões em 1920 e 6,8 milhões em 1930. Apenas Lisboa e Porto possuíam mais de 100 mil habitantes onde concentrava a classe média portuguesa. As raras indústrias que tinha, apresentavam pouca expressão fora do cenário nacional e maioria delas era voltada para o setor têxtil, contudo não conseguiam competir com as indústrias dos demais países europeus, em razão do atraso tecnológico, da escassez de trabalhadores qualificados e da falta de incentivo oferecida pelo governo português. (Varela *et al.*, 2015).

Quanto à população trabalhadora ativa, mais de 80% concentravam-se no setor primário e 60% desses eram trabalhadores rurais ou camponeses. Entretanto, havia pouca terra para cultivar comparado a um número expressivo de trabalhadores rurais que cultivavam em média de três hectares de terra por trabalhador, enquanto na França e na Inglaterra havia 5,4 a 10 hectares respectivamente. (Russo, 2014).

Para piorar, Portugal ainda era uma colônia política e econômica da Grã-Bretanha. Como apresenta Figueiredo (1976, p.39), “[...] Portugal aprendeu a viver dos produtos das conquistas ultramarinas, das riquezas da terra e do trabalho de outros povos. [...] o império, para Portugal, fora talvez o principal fator a contribuir para a decadência e a estagnação.” Assim, nas palavras do autor é possível inferir, que os problemas estruturais já vinham se

desenhando desde a época da monarquia juntamente com dependência crônica de recursos explorados das colônias africanas, do Brasil e da Índia que abordaremos no próximo subcapítulo.

Com o advento da República, a população acreditava que a economia melhoraria, entretanto, esse cenário pouco se alterou. Diante da insatisfação dos operários, as greves e reivindicações eram constantes na República portuguesa. (Figueiredo, 1976). Nesse período, o setor primário correspondia por cerca de 62,4% da força de trabalho, passando apenas a cerca de 60% em 1925, alterando-se insignificativamente.

Nas primeiras eleições republicanas, inesperadamente, o censo demonstrou outra fragilidade portuguesa. Como podia votar apenas pessoas alfabetizadas, os não alfabetizados ficaram de fora desse cenário, o que representou um dado alarmante, 69% da população nacional foi excluída das eleições. Desses números, 62,4%, representava os trabalhadores do setor primário, ou seja, a agricultura, a pecuária e a pesca. (Ferraz, 1975 apud Russo, 2014). Portanto, conclui-se que a maioria das pessoas privadas de seus direitos civis eram compostas por habitantes das áreas rurais.

Além dos níveis de escolaridade baixos, a pobreza endêmica era um dos aspectos da vida social portuguesa, especialmente no campesinato, a par da existência de uma polícia política repressora e de um forte domínio da Igreja que procurava regular a família, uma das pedras angulares da ideologia do Estado Novo. (Wall *apud* Almeida, (2008).

Para Figueiredo, (1976, p. 13) esses dados refletem o analfabetismo ou semianalfabetismo, de modo geral, como também a ignorância popular era parte da ordem social. A elite, de modo geral, tem interesse em manter a classe rural nas condições de subalternidade a fim de garantir a força e a reserva de mão-de-obra. Deduz-se que excluir esta parcela da população do processo eleitoral, proveniente do campesinato, não era apenas um dado estatístico, mas sim um sintoma de profundas desigualdades sociais e econômicas. Ademais, manter a população rural em condição de subalternidade atendia aos interesses das classes dominantes

Com o advento do Estado Novo, a vida laboral no campesinato permaneceu extremamente pesada, mesmo após a República ter estabelecido a jornada de trabalho de oito horas. Nesse período, um dia de trabalho no campo podia chegar a dezessete horas, enquanto fora de Portugal essa jornada era de doze horas. Muitos desses trabalhadores rurais não conseguiam garantir o mínimo necessário para viver apenas com o que plantavam e por isso adotavam estratégias complementares. Em sua maioria, trabalhavam em suas próprias terras à noite e exerciam sua força de trabalho como trabalhadores sazonais em propriedades maiores

ao dia, ou ainda ofereciam sua força de trabalho nas fábricas em outros períodos, a fim de garantir a subsistência. Da mesma forma, era comum o apoio financeiro proveniente de familiares emigrados, cujas remessas ajudavam na manutenção do lar. Varela *et al.* (2015, *apud* Medeiros, 1978, p. 43).

A centralidade da terra no imaginário e na vida do campesinato português revela muito mais do que uma simples relação econômica. Ela traduz uma lógica de sobrevivência profundamente enraizada nas estruturas sociais e culturais das zonas rurais. Como bem colocou Figueiredo (1976, p. 13):

Em muitas regiões de Portugal [...] o conceito de propriedade privada é quase instintivo, pois nem sequer está relacionado com a ideia de lucro, mas de sobrevivência[...] A terra é tudo: segurança, subsistência, profissão e passatempo; representa o que os diplomas significam para os que tem curso universitário. [...]. Os camponeses sabiam que não era preciso saber ler e escrever para arrancar da terra um modo de vida. Os filhos eram por vezes impedidos de ir à escola[...]. A escola privava a família de mais uma ajuda nos cultivos das terras.

Por outro lado, a condição de vida no campo, era tão precária que se assemelhava à de países subdesenvolvidos, revelando o abandono sistemático que essa população foi submetida. Nas palavras Figueiredo (1976, p. 19), “os camponeses [...] vendem os produtos da terra com menos lucro do que os intermediários urbanos e obtém os menores salários nacionais para as ocupações mais pesadas do país”. Em suma, a análise do autor expõe a vulnerabilidade e a exploração sofridas pela população rural, lançando luz sobre as profundas desigualdades estruturais que caracterizavam a sociedade portuguesa da época.

As mulheres e as crianças trabalhavam a terra assim como os homens. Famílias extremamente pobres impediam as crianças de irem à escola primária obrigatória para usá-las como mão de obra. As oportunidades aos jovens só eram possíveis por meio dos seminários ou as forças armadas para lutarem nas colônias africanas. Nessa mesma época, os meios de transporte mais habituais dos trabalhadores agrícolas eram carros de bois ou as carroças. Os grãos de trigo ainda eram separados da palha debaixo das patas do gado ou com o uso de ponta de pedra, como na época dos fenícios. Em relação à produção de vinho, ainda realizada por esmagamento das uvas era feita por meio dos pés descalços. Figueiredo (1976)

Diante desse cenário, Salazar ao invés de fomentar uma política de reforma agrária, buscou apoio para angariar uma política ideológica que se pautava numa visão romântica do estilo de ser rural, em que a vida simples do campesinato era o modelo ideal de um Estado

Corporativo com ideologias de centralidade na família, nos valores católicos e no amor a terra. A configuração territorial dos campos em Portugal revelava uma estrutura marcada por profundas contradições, refletindo desigualdades e disparidades no acesso e uso da terra. As terras ao norte eram voltadas em grande parte para a subsistência, enfrentava sérias limitações estruturais, entre as quais se destacava a escassez de terras cultiváveis. Já nas regiões do sul, a realidade era diferente, pois o domínio da terra estava concentrado em grandes latifúndios, especificamente na região do Alentejo, pertencentes a proprietários que acumulavam riqueza, poder e influência política. Figueiredo (1976).

Com a ditadura Salazarista, poucas mudanças ocorreram no setor rural. A população ainda continuava dependente economicamente da agricultura. O próprio Salazar, enquanto Ministro das Finanças em um dos seus discursos declarou que Portugal era excelente para se viver, mas para plantar a terra não era propícia e sugeriu a emigração como alternativa. Não restou outro recurso por parte dos trabalhadores rurais que vislumbraram a emigração para o Brasil, França e Alemanha como alternativa para melhores condições de vida. (Figueiredo 1976)

Para agravar ainda mais a situação, no mesmo ano em que se desenrolava a Segunda Guerra Mundial, o regime de Salazar enviava reservas de alimentos, como trigo, milho e azeite para a Alemanha. Essa decisão provocou uma grave escassez interna, uma vez que, paralelamente, o governo impôs um rígido racionamento de gêneros alimentícios à população portuguesa. Como resposta às dificuldades, surgiram protestos que ficaram conhecidos como a "Marcha da Fome". Esse período foi marcado por uma intensa mobilização social, com a realização de diversos movimentos e greves que envolveram mais de 50.000 trabalhadores, tanto do setor industrial quanto do meio rural. Figueiredo (1976).

Em 1950, foi realizado um estudo socioeconômico, após vinte e cinco anos do regime salazarista que apontou um aparente crescimento do produto interno bruto e do rígido controle de preços promovido pelo Estado em que o custo de vida havia aumentado de forma significativa. O diagnóstico revelava que o regime havia construído um Estado mais rico apenas para uma pequena elite, enquanto as condições de vida da maioria da população permaneciam praticamente inalteradas. Tal constatação desmascara o falso progresso e a forte estabilidade econômica, evidenciando que o projeto do Estado Novo se sustentava sobre a exclusão social e a concentração de renda nas mãos de poucos, e refletindo a estagnação material e social do país. (Figueiredo, 1976)

Ainda nesse ano, outro estudo verificou que 500.000 famílias, representando $\frac{1}{4}$ da população ainda viviam sem água canalizada, esgoto e eletricidade. Os habitantes das regiões

rurais não possuíam condições de manter despesas de eletricidade e nem o pagamento pelo fornecimento. Figueiredo (1976)

Em contrapartida, Ferrari (2023) apontou que as receitas do Estado não eram canalizadas para novos investimentos públicos nem para os serviços públicos essenciais, mas para um sistema de defesa, que entre 1935 e 1950, absorveu 40% da despesa pública. Ademais, Salazar recorreu ao uso do capital estrangeiro para sustentar o aumento das despesas militares para dar continuidade ao regime colonial. O paralelo entre esses dois cenários ilustra de forma contundente as prioridades do regime salazarista.

Como a Constituição de 1933 vedava o direito de associação e impedia a propagação de ideias contrárias ao corporativismo, o Estado Novo rapidamente se consolidou, porém, à custa dos trabalhadores, que passaram a receber os salários mais baixos da Europa. Diante dessa conjuntura uma forte corrente emigratória, especialmente para o Brasil e para a França, perpetuou-se por todo o período. Cerca de três milhões migraram para outros países, os colonos dirigiram-se predominantemente para o Brasil, França e Alemanha. O fenômeno da emigração estava tão impregnado na vida dos portugueses, que Salazar reconheceu a necessidade de impedir essa tendência crônica, mas não conseguiu. (Figueiredo, 1976)

Durante o período de 1950 a 1960 a educação em nada havia avançado, tanto que as taxas de analfabetismo eram próximas de 45% e na população rural era de 60%, ou seja, lamentavelmente a educação não era prioridade. Portanto continuavam sem direito ao voto. Pode-se dizer que estes números não apenas refletem o abandono do sistema educacional, mas também servia como mecanismo de exclusão política e social. Do mesmo modo, que a falta de investimentos na educação não pode ser vista apenas como descaso, mas como uma estratégia deliberada de manutenção das estruturas de poder existentes, características marcantes de regimes ditatoriais. (Figueiredo, 1976)

Nos anos 1970 a emigração ainda era um problema recorrente em Portugal devido ao regime opressivo, a atração por melhores condições de vida, da pobreza, do desemprego aliado ao desejo de sair da estagnação rural. Outro fator que foi determinante para o êxodo da maioria de homens jovens portugueses foi o recrutamento militar. Os soldados recebiam na época baixos salários. Aqueles que lutavam nas guerras coloniais recebiam um pouco mais de incentivo, mas servir a pátria portuguesa não compensava os riscos. Aqueles que retornavam da guerra, na maioria das vezes não voltavam para a vida pobre do campesinato. Assim, diante desse êxodo tão grande de jovens, Portugal tornou-se um país habitado na sua maioria por pessoas mais velhas e idosas. (Figueiredo, 1976).

Em 1974, as condições de saúde e higiene ainda eram precárias e havia uma alta incidência de doenças que há muito tempo tinha sido erradicada em outros países europeus. Já o movimento das populações do campo para as cidades aumentou os índices de pobreza nas áreas urbanas, agravada pela ausência de uma política habitacional adequada. Nesse ano cerca de 2/5 da população ainda viviam em explorações agrícolas (Baptista, 2001, *apud* Almeida, 2008).

Nesse contexto, de profundas desigualdades e anseios por justiça social, a reforma agrária emergiu como um dos temas centrais da Revolução Portuguesa em 1974, tema que abordaremos no próximo subcapítulo. A promessa de democratização do acesso a terra representava para muitos portugueses a esperança de romper com um passado de exploração e marginalização, de construir um futuro mais justo e igualitário no campo. Não era apenas transformar a estrutura fundiária, mas toda a organização social e econômica do país, reconhecendo o papel fundamental da agricultura e dos trabalhadores rurais. A inclusão da reforma agrária na agenda política demonstrava a compreensão de que a verdadeira transformação social passava pela valorização do trabalho no campo. A luta pela terra simboliza também a luta por cidadania, participação política e ruptura com o legado autoritário e excludente do Estado Novo.

2.2 REVOLUÇÃO PORTUGUESA

Para compreender os meios que levaram a Revolução Portuguesa, antes é preciso falar brevemente sobre as guerras coloniais portuguesas em África, uma vez que esses dois fatos históricos portugueses estão intimamente conectados.

Portugal foi um dos primeiros colonizadores da África entre os séculos XIV e XV que se perpetuou até 1974. Ocorre que, após a Segunda Guerra Mundial acentuou-se a crise econômica e Portugal que já era considerado um país pobre ficaria mais vulnerável. Nesse contexto, para Salazar, as colônias em África ou no ultramar, como esses territórios eram oficialmente chamados, representavam importantes fontes de riqueza, cuja perda não era de seu interesse, mesmo diante das pressões internacionais e do crescente movimento de descolonização global das grandes potências. Ainda assim, Portugal manteve uma política colonial rígida. (Valentim, 1993)

Dessa forma, compreende-se que a guerra colonial travada pelo regime de Salazar, não foi apenas um conflito militar, mas também a expressão da resistência de um regime ditador em aceitar a inevitável independência dos territórios africanos, assim como a recusa sistemática em adaptar-se às transformações globais, características de uma política imperialista anacrônica.

No ano de 1953, iniciam-se as revoltas contra o colonialismo. Em São Tomé e Príncipe, um grupo de trabalhadores protesta por melhores condições de trabalho e cem deles são mortos pela polícia de Salazar, causando revolta da população. Diante disso o regime de repressivo de Portugal se estende para as demais colônias. Valentim (1993)

Na década de 60, Portugal sofreu sua primeira perda colonial quando as forças armadas da União Indiana invadiram e tomaram Goa, Damão e Diu. Esses eventos marcariam o início do declínio do império colonial português. Começava também os combates em Angola, provocados pelos movimentos de independência dos territórios africanos. (Ferrari, 2023)

Por conseguinte, os movimentos nacionalistas africanos reorganizavam-se na preparação de ataques mais sistemáticos e concentrados ao domínio colonial. Augustinho Neto buscou apoio da oposição democrática portuguesa, após fugir da detenção de Portugal, ao mesmo tempo em que organizava o Movimento pela Libertação de Angola, enquanto Amílcar Cabral preparava o Partido Africano de Independência da Guiné, de Cabo Verde e de Moçambique. Eduardo Mondlane assumiu o comando da Frente de Libertação de Moçambique. Assim, iniciava os ataques de guerrilha. (Figueiredo, 1976)

Em resposta, o governo português enviou tropas, dando início a um conflito que se estenderia por quase treze anos e atingiria a Guiné e Moçambique. Os gastos bélicos absorveram cerca de metade do orçamento público e envolviam, anualmente, aproximadamente 200 mil soldados, o que longo de mais de uma década, a guerra colonial influenciaria profundamente a vida política do país, drenando recursos e fortalecendo o regime ditatorial. (Varela, 2015)

Em 1968, com a entrada de Marcelo Caetano, nenhuma alteração foi esboçada perante as guerras coloniais, optando -se pelo continuísmo, quer no discurso político quer no empenho estratégico. Durante esse período, Portugal enfrentou crescente resistência interna e sanções internacionais, como embargos de armas, inclusive por países do Bloco Ocidental. Ao mesmo tempo, os movimentos de guerrilha e luta anticolonial nas colônias africanas portuguesas foram fortemente apoiados pelo Bloco Comunista, liderado pela União Soviética. Esse período, Portugal lidou com uma oposição interna e externa, como o embargo de embargos de armas e penalidades impostas pela comunidade internacional para que pusesse fim às guerras em África. Ademais, crescia os protestos tanto da Igreja por meio do papa favorável que solicitava a independência dos povos africanos, em divergência com a hierarquia católica de Lisboa, diante do cenário de guerra. (Figueiredo, 1976)

Outrossim, as Universidades tornaram-se o núcleo de atividades antifascista, com manifestações, greves e panfletagem promovidos pelo movimento estudantil que eram contrários ao regime. A insatisfação com o regime crescia também entre os militares e a população.

Além disso, crescia o descontentamento dos jovens para o serviço militar, pois o governo havia prolongado para quatro anos o serviço militar obrigatório. Estudantes recrutados como oficiais viam minguar seus planos de levar uma vida normal, de tirar uma licenciatura ou conseguir um emprego, pois, na maioria das vezes foram obrigados a alistar-se a contragosto provinham e tinham aprendido dentro das universidades princípios antifascistas. (Figueiredo, 1976)

Em decorrência disso, Portugal colocaria nas mãos das próprias Forças Armadas um número crescente de opositores. Assim o exército, com 220.000 efetivos acabaria por se tornar o ponto de convergência político do país. A situação estava se desenhando para o nascimento do Movimento das Forças Armadas. As reuniões e as assembleias secretas eram constantes.

Para intensificar ainda o descontentamento, o general António Spínola, que lutava em Angola e o governador da Guiné lançaram o livro “Portugal e o Futuro”. Na obra Spínola desmitificava os mitos do regime acerca do papel colonizador de Portugal e argumentou que o país estava no perigoso caminho da falsa ilusão de que era detentor de uma missão divina na busca por conversão dos povos africanos. Embora tardiamente, o general reconhecia que a descolonização das colônias africanas era a solução. O livro teve consequências explosivas tanto pelo que dizia, mas acima de tudo porque vinha de uma patente alta das Forças Armadas. (Ferrari, 2023). Quanto a sua publicação, Marcelo Caetano não pode impedi-lo, uma vez que Spínola era vice-chefe das Forças Armadas.

Como prova do descontentamento por parte das Forças Armadas que se espalhava pelo país, deu-se um levantamento em 16 de março de 1976 nas Caldas Rainha, próximo a Lisboa, que levou a detenção de duzentos soldados. Contudo, um grupo de 136 oficiais mais progressistas e com inclinações mais liberais dava conta de que havia uma conspiração em curso, o Movimento dos Capitães, militares de patentes médias, nem generais, nem soldados. Esses capitães tinham convicções claras de que a guerra não poderia continuar e que era necessária uma solução para encerrá-la. Ferrari (2023)

Assim, deu-se o golpe de estado em 25 de abril de 1974, quando o sinal de partida para a revolução foi tocado na Rádio Renascença “Grândola, Vila Morena” de José Afonso, que mais tarde foi entoada como hino oficial do país liberto e que nos passado tinha sido censurada pelo regime. Otelo Saraiva de Carvalho foi o comandante, derrotaram o regime e removeram o ditador Marcelo Caetano. Os revoltosos apoderam-se do aeroporto, da rádio, da televisão,

as portas das prisões de Caxias e Peniche que se abriram para saírem todos os presos políticos, os edifícios ministeriais e o edifício da polícia forma cercados. A rendição mais difícil foi a sede da PIDE que atiraram sobre a multidão e mataram seis pessoas. Ferrari (2023)

Portanto, Revolução Portuguesa, ocorrida em 25 de abril de 1974, marcou o fim da ditadura do Estado Novo em Portugal. Conduzida por militares do Movimento das Forças Armadas, a ação foi praticamente pacífica e rapidamente ganhou o apoio da população, cansada de décadas de repressão e da prolongada guerra colonial. Os soldados foram aclamados pelo público e receberam cravos vermelhos, colocados nas espingardas por mulheres que costumavam vendê-los nas ruas de Lisboa. O uso de cravos vermelhos nas armas dos soldados tornou-se símbolo da resistência sem violência e do desejo por liberdade e democracia.

Desse modo, iniciou-se um processo de transição política que levou à instauração de um regime democrático, à descolonização das colônias africanas e à reformulação profunda das instituições do país. A Revolução dos Cravos marcou não apenas o fim da ditadura salazarista em Portugal, mas também o encerramento de um longo e desgastante ciclo colonial, como bem expressa o historiador português Rosas (2014, p.6).

Esta Revolução tem uma primeira e essencial particularidade a que normalmente se dá pouca atenção. É que ela é detonada por um golpe militar de características singulares na longa história dos golpes militares dos séculos XIX e XX em Portugal. Um movimento militar fruto do cansaço da guerra colonial que se arrastava há 13 anos, sem vitória possível e com graves derrotas à vista, travada contra os ventos da história, injusta e a prazo breve ruínosa. Num país impedido pela ditadura de se expressar e decidir livremente sobre este assunto, o descontentamento contra a guerra, numa dessas ironias em que a história é fértil, vai ser interpretado pelos jovens oficiais que a conduzem no terreno, os capitães e majores que comandavam as companhias, unidades matriciais da quadricula da ocupação militar colonial.

Nesse sentido, compreende-se que a revolução apresentou um paradoxo histórico em que a mudança democrática foi desencadeada justamente por setores das Forças Armadas, tradicionalmente associados à manutenção da ordem, fizeram a ruptura. A revolução reflete o cansaço e a frustração desses oficiais intermediários de treze anos de guerra em que não se tinha vitória e que ainda escoava rendimentos de um país que não tinha investimentos em serviços essenciais. Como bem observou o autor, por “ironia da história”, as Forças Armadas considerada a espinha dorsal da manutenção do regime, protagonizaram a sua queda.

2.3 A REFORMA AGRÁRIA NOS CAMPOS DO ALENTEJO: A TERRA A QUEM TRABALHA

A partir da época da Reconquista, entre os séculos XII e XIII, formaram-se os primeiros latifúndios nas regiões ao sul do rio Mondego em Portugal. Diante da necessidade de garantir a defesa do território, estimular o povoamento e tornar cultiváveis extensas áreas abandonadas ou devastadas pela guerra, os reis de Portugal realizaram amplas concessões de terras. Essas doações foram destinadas a mosteiros, ordens monástico-militares, grandes senhores e até mesmo aos municípios. Como resultado, constituíram-se grandes propriedades rurais e extensões de terras comunais, que marcaram de forma duradoura a configuração agrária do sul do país. (Rau, 1965)

De acordo Rau (1965), esse modelo de concentração fundiária, enraizado desde a Idade Média, perdurou ao longo dos séculos e resistiu às mudanças políticas que marcaram a história de Portugal. Mesmo com o fim da monarquia em 1910, a instauração da Primeira República, de orientação mais reformista, e a posteriormente com a consolidação do regime autoritário do Estado Novo, a estrutura latifundiária manteve-se praticamente inalterada. Em outras palavras, embora os regimes tenham se sucedido e seus discursos ideológicos tenham variado, a organização agrária permaneceu concentrada nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população rural continuava vivendo em condições precárias, sem acesso à terra ou a direitos sociais básicos.

No contexto das relações agrárias e da estrutura fundiária, Murteira (*apud* Sousa, 2021, p. 64) descreve a complexa composição social do campo, delineando as principais categorias de indivíduos e grupos que interagiam nesse cenário. Essa caracterização é fundamental para compreender as dinâmicas de poder, exploração e as condições de vida que prevaleciam nas áreas rurais. Ele destaca:

“[...]os latifundiários que eram os grandes empresários agrícolas capitalistas (estavam em minoria e possuíam o maior quantitativo de terras); os pequenos e médios agricultores (que pertenciam a pequena agricultura patronal, a agricultura familiar e semifamiliar); os assalariados agrícolas, que não possuíam terras, nem meios de produção e não tinham trabalhos fixos, sendo amplamente explorados e vivendo na miséria (estes eram a maioria). (Murteira *apud* Sousa, 2021, p. 64)

No sul de Portugal, as terras mais férteis eram exploradas diretamente pelos grandes proprietários, enquanto as de qualidade inferior eram repartidas em pequenas parcelas destinadas à cultura do trigo, sendo cultivadas por pequenos agricultores denominados seareiros.

No Alentejo, a sociedade rural era mais desigual e polarizada, com grandes proprietários de um lado e, de outro, uma ampla massa de trabalhadores assalariados que dependiam exclusivamente da venda de sua força de trabalho, pois não possuíam terras nem outros meios de produção. (Sousa, 2021)

No Estado Novo, os latifúndios com mais de 100 hectares representavam apenas 6% do total das propriedades de área desse conjunto. Os grandes proprietários tinham proteção e apoio legal do Estado Novo. Todavia, o número de pessoas com trabalho permanente e assegurado era reduzido e os trabalhadores que dependiam dos grandes latifundiários representavam a maioria. Os salários eram baixos e as condições de vidas precárias, principalmente durante o inverno.

Além disso, o desemprego pairava constantemente sobre os trabalhadores sazonais, que não encontravam outras opções de ocupação. O êxodo rural ainda não era uma alternativa concreta naquele momento. A ditadura instaurada em 1926 agravava esse cenário ao desmantelar os sindicatos rurais que, durante a Primeira República, haviam dado voz à luta pela terra, e ao reprimir duramente qualquer forma de protesto ou mobilização dos assalariados agrícolas, para quem "não havia alternativas de trabalho fora da agricultura nem estava aberto o horizonte, como mais tarde veio a suceder, da emigração ou de partir para o eixo Lisboa-Setúbal" (Baptista, 1994, p. 909).

De modo geral, a exploração da terra dentro do sistema latifundiário ocorria sob três modalidades principais. Primeiramente, por meio do cultivo direto com mão de obra assalariada, em segundo lugar, pela cessão de pequenas parcelas a agricultores chamados seareiros, em regime de parceria, e, por fim, por uma forma mista, na qual as melhores terras eram cultivadas com trabalhadores assalariados, enquanto as áreas menos produtivas eram entregues a seareiros. Esta última forma era a mais comum, uma vez que permitia aos proprietários obterem lucros maiores com a cobrança das cotas de parceria do que se utilizassem exclusivamente mão de obra assalariada. (Piçarra, 2020)

Além de tudo, mesmo nas terras cedidas, os grandes proprietários mantinham certos direitos, como a extração de cortiça, a colheita de azeitonas e o uso dos campos para alimentar animais. Assim, essa prática revelava uma lógica voltada para a maximização dos lucros, ainda que ocorresse à custa de pequenos camponeses. (Piçarra, 2020)

Ademais, nesse contexto, as relações de poder estavam profundamente enraizadas na estrutura fundiária e nas figuras de autoridade tradicionais. Além dos grandes proprietários,

outras influências participavam dessa conjuntura de poder, a igreja. Os párocos exerciam papéis centrais tanto para a organização social quanto na mediação com o mundo do campesinato. Como observa Baptista (1994, p. 908):

Nesta relação, a par do controle de largas extensões de terra, repousava a posição de supremacia que os senhores destes patrimónios fundiários geralmente detinham nas estruturas de poder em conjunto com os párocos, que beneficiavam de um capital cultural e simbólico que lhes assegurava uma posição destacada nestas estruturas. Os senhores e os párocos tiravam também supremacia da capacidade que tinham de assegurar a mediação da comunidade rural com o exterior.

Diante do exposto, entende-se a supremacia dos grandes proprietários rurais e dos párocos nas comunidades do sul de Portugal foi reforçada como parte de uma política que valorizava a ordem, a hierarquia e o controle social. O regime autoritário de Salazar via nessas figuras tradicionais aliados para preservar a estabilidade no campo e impedir os movimentos reivindicatórios e a organização dos trabalhadores.

Após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se uma visão industrialista que passou a orientar as políticas econômicas do Estado Novo. Assim, no final dos anos 1950, o regime já reconhecia a necessidade de intervir na estrutura agrária para ajustá-la ao processo de industrialização. Consequentemente, os preços agrícolas passaram a ser definidos pelo Estado de forma a atender prioritariamente às demandas da indústria. Algumas propostas foram pensadas como Plano de Fomento, que previa reformas estruturais na propriedade da terra, como o parcelamento dos latifúndios no sul do país. Apesar disso, os grandes proprietários resistiram firmemente a essas propostas. (Baptista, 1994)

Na década de 1960, o Alentejo enfrentaria um forte êxodo rural, que resultou na saída de pequenos seareiros e no aumento dos custos com mão de obra. Essa transformação levou à crise do modelo latifundiário tradicional. Parte dos grandes proprietários adaptou-se ao novo cenário, investindo na intensificação agrícola e na mecanização das áreas mais férteis, enquanto as terras menos produtivas foram abandonadas. (Baptista, 1994)

Em 1965, o Estado Novo abandonou qualquer tentativa de reforma agrária e passou a apoiar um setor agrícola capitalista para favorecer a mecanização e o beneficiamento direto dos grandes proprietários. Por consequência, a onda de emigração avançava a passos largos, muitas aldeias das regiões de agricultura familiar foram esvaziadas. Nesse novo cenário, a redução do desemprego possibilitou aos trabalhadores sazonais reivindicarem melhores salários e condições de trabalho. (Baptista, 1994)

Diante do exposto, fica evidente a falta de investimento em políticas agrárias e rurais em detrimento aos grandes latifundiários, uma vez que prevaleceu o desenvolvimento do setor agrícola apenas sob a ótica dos grandes proprietários de terra e da modernização capitalista. A ditadura Salazarista não oportunizou condições de permanência para os pequenos camponeses e assalariados rurais. Sem acesso a terra, crédito, infraestrutura ou políticas de valorização do trabalho no campo, esses trabalhadores viram na emigração a única saída possível para melhores condições de vida.

Com a entrada de Marcelo Cetano, em 1968, mesmo adotando uma política do continuísmo do Estado Novo, houve um afrouxamento e melhoria para os trabalhadores rurais que no que se refere à mecanização das lavouras do sul de Portugal, como também à melhoria das condições de vida de grande parte dos trabalhadores rurais, por meio da abertura de créditos para compra de máquinas agrícolas, mas nada de tão significativo. (Figueiredo, 1976).

Com o fim do Estado Novo, a questão da terra, ganhou destaque no intenso confronto social que marcou os anos de 1974 e 1975 no Alentejo. Nesse contexto, o movimento ganhou força a favor dos trabalhadores agrícolas, que historicamente haviam sido negligenciados. Assim, abriu-se um canal de negociação com os trabalhadores rurais que também receberam apoio das Forças Armadas, do Partido Comunista de Portugal. Com isso, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Trabalho aprovou os elementos centrais para a Reforma Agrária, mas foi somente a partir de agosto de 1975 que ocorreu os primeiros movimentos de ocupações e desapropriações por meio da criação das Cooperativas de Produção Agrícola (CPA) e as Unidades Coletivas de Produção Agrícola (UCP). (Sousa, 2021)

Assim, conforme Piçarra (2020), cerca de 1.130.000 hectares foram ocupados em 1975 e aproximadamente 500 unidades coletivas de produção foram criadas, os trabalhadores rurais estavam, de fato, colocando em prática a reforma agrária. Dessa forma, materializava-se um sonho construído ao longo de décadas de exclusão e luta, na qual a posse e o uso coletivo da terra representava não apenas uma conquista simbólica, mas também a garantia concreta de trabalho e dignidade. Portanto, a terra assumia o seu papel social e econômico.

O resultado dessas ocupações foi apresentado na 2ª Conferência da Reforma Agrária, realizada em Évora, conforme apontou Piçarra (2020). De acordo com o autor, as ocupações de 1.130.000 hectares nos distritos do Sul resultaram, no ano agrícola de 1975/1976, na geração de 71.900 postos de trabalho, um acréscimo de 50.200 empregos em relação ao período anterior. Esse aumento expressivo revela uma melhoria concreta nas condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados da região.

Ocorre que, mesmo a Revolução Portuguesa ter possibilitado a abertura política do país, a situação permaneceu instável de 1974 a 1976, em que ocorreu a troca de seis governos provisórios. Após esse período, os interesses capitalistas por meio dos grandes proprietários e latifundiários viriam a culminar com a revogação das leis da reforma agrária com a Lei Barreto, Lei 77/77, nome do Ministro da Agricultura da época. Portanto, as terras foram devolvidas aos antigos latifundiários. (Piçarra 2020).

3 CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE LITERÁRIA DA OBRA *LEVANTADO DO CHÃO* DE JOSÉ SARAMAGO

Este capítulo propõe uma análise literária aprofundada da obra "*Levantado do Chão*", de José Saramago, estabelecendo um diálogo com o Neorrealismo Português. Primeiramente, abordaremos o surgimento e as características desse movimento literário em Portugal, e suas inspirações. Em seguida, o foco se volta para a trajetória de José Saramago, sua biografia e o desenvolvimento de seu estilo literário. Finalizamos com uma análise detalhada do romance "*Levantado do Chão*", ao examinarmos sua constituição histórica, a história da família Mau-Tempo e como Saramago, por meio da Literatura entrelaça a ficção aos fatos históricos do Estado Novo de Portugal por meio do seu estilo literário.

Os autores trabalhados foram Aguilera (2010), Moisés (1999), Ferrari (1976) e Saramago (1980).

3.1 NEORREALISMO PORTUGUÊS

No início do século XX, Portugal passou por uma mudança sociopolítica profundamente marcada pelas consequências da Segunda Guerra mundial, seguidas pela crise econômica e pela grande depressão norte americana de 1929. É nesse cenário conturbado que surge o Neorrealismo, que se consolida como movimento estético e ideológico no campo artístico-literário a partir do final dos anos 1930 e início dos anos 1940. Trata-se de uma literatura voltada para a representação realista da vida social e política, especialmente em contextos marcados pela pobreza e pela desigualdade. Por meio da expressão artística, o movimento denuncia a profunda crise que afetava as estruturas sociopolíticas e econômicas, não apenas em Portugal e na Europa, mas em escala global. (Moisés, 1999)

O Neorrealismo português foi buscar inspiração na ficção norte-americana dos anos 30 com escritor John Steinbeck no livro "*As Vinhas da Ira*" (1939) nos Estados Unidos e ao mesmo tempo, os romancistas brasileiros nordestinos, em especial Graciliano Ramos com o livro "*Vidas Secas*", Jorge Amado, José Lins do Rego e Raquel de Queirós, os quais chamam atenção para o grave problema socioeconômico da seca e das lutas de classes em torno do açúcar e do cacau. (Moisés, 1999). Desse modo, pela primeira vez, os portugueses, foram buscar inspiração nos escritores brasileiros.

O surgimento do movimento neorrealista esteve relacionado à resistência antifascista ao final da década de 1930. Colocou-se a nova tendência literária contra o descompromisso do movimento anterior, o Presencismo. Segundo Moisés (1999), essa nova corrente literária defendia uma Literatura mais engajada, voltada para os problemas concretos do país. Além disso, atribuía à Literatura a função de contribuir para a conscientização da população,

enquanto buscava evidenciar e caracterizar as questões estruturais de ordem política, econômica e social presentes na sociedade portuguesa.

Ademais, para os neorrealistas portugueses, havia uma Literatura de redenção do homem do campo ou da cidade, injustiçado e humilhado por estruturas sociais envelhecidas. Os neorrealistas colocam o problema da luta de classes, os humildes, os injustiçados, os marginais, deixando de lado os heróis pré-fabricados. Seus conteúdos tiveram justificativa histórica, pois veiculavam normalmente censuradas na imprensa e serviu como forma de resistência ao regime de Salazar, época de consolidação do Estado Novo Português. (Moisés, 2008)

Nessa mesma linha de pensamento, a denúncia da alienação constitui uma das características básicas do Neorrealismo. Pelo conceito de alienação, Moisés (1999, p. 161) pontua: “tem-se o roubo ao indivíduo das características, atributos ou direitos que lhes são próprios. O indivíduo pode alienar-se a um outro em qualquer campo de atividade, desde econômico ao político e à vida psicológica”. Logo, não bastava apenas retratar o homem, mas compreender as causas dessa alienação para desmontá-la e propor alternativas para superá-la.

O movimento destacou-se entre estudantes, artistas e jornalistas que colaboravam em pequenas revistas e jornais: O Diabo (1934-1940), Sol Nascente (1937-1940), a revista Vértice em 1945 e a publicação da coletânea Novo Cancioneiro, que divulgou os escritores mais expressivos do movimento. Na Literatura, Alvez Redol foi o pioneiro com o livro “Gaibéus”, seguido por Ferreira de Castro em especial ‘Emigrantes’ e Fernando Namora ‘A selva’. José Saramago (1922) entra para a lista dos neorrealistas ao escrever “um romance social que abre perspectivas, por associar ênfase sociológica, com elaboração estética: *Levantado do chão* (1980)”. (Moisés, 2008, p. 172)

Por meio de um realismo social, escritores e artistas passaram a denunciar a omissão do Estado diante das condições precárias da população e sua desilusão política e social. A produção artística neorrealista concentrou-se na figura do homem comum operários, camponeses, trabalhadores. Os seus adeptos seguem a linha do materialismo dialético, pregam a necessidade de transformar o mundo por meio da consciência das desigualdades sociais. Para eles, a burguesia era decadente, portanto, enaltecem o cotidiano da vida simplista trabalhadores operários e camponeses. (Moisés, 1999)

Em relação à censura, no Estado Novo, a comissão de exame prévio exercia controle rigoroso, embora os censores fossem aparentemente mais flexíveis com obras culturais e intelectuais, por considerá-las elitistas e de alcance restrito. Algumas publicações escapavam da censura direta desde que não evidenciassem conteúdo político explícito. Em muitos casos,

o controle era reforçado por denúncias, pela ação de órgãos repressivos como a PIDE ou pela colaboração de editores, livreiros e tipógrafos que temiam sanções. (Figueiredo, 1976)

Na Literatura, especificamente, a aprovação ou veto de um livro dependia da leitura prévia dos censores e desde que não abordassem temas que ferissem os valores sociais e morais consagrados ao Estado Novo ou que não identificassem correntes de pensamento políticas. Diversas obras foram removidas de circulação, e tanto os escritores quanto os editores que se arriscaram a publicar foram alvo de perseguições por parte da PIDE. O romance *Gaibéus*, de Alves Redol, censurado em 1940 e liberado apenas nove anos depois, em nova edição aprovada em 1949.

3.2 JOSÉ SARAMAGO

José Saramago nasceu em Azinhaga, na região portuguesa do Ribatejo, em 1922, e, proveniente de uma família de camponeses sem terra, mudou-se para Lisboa ainda criança. Embora tenha crescido entre pessoas analfabetas, uma vez que teve na oralidade seu primeiro contato com o universo narrativo, a aquisição de seu primeiro livro só foi possível aos dezenove anos, com dinheiro emprestado por um amigo. Devido às limitações econômicas de sua família, interrompeu os estudos formais ainda jovem, aos doze anos, ingressando em um curso técnico de serralheiro mecânico. Foi nesse contexto que teve acesso à literatura por meio dos livros escolares, o que despertou seu interesse pela poesia e pela leitura, levando-o a frequentar bibliotecas públicas.

Antes de se dedicar à escrita e à edição, trabalhou em diversas funções, como desenhista e funcionário público. Sua estreia literária se deu com o romance “*Terra do Pecado*”(1947), mas permaneceu longos anos sem publicar novas obras, retomando sua produção apenas em 1966. Atuou também no ramo editorial por mais de uma década, sendo responsável por setores de direção literária e produção, além de traduzir livros. A partir de 1971, passou a colaborar com jornais, exercendo atividades como crítico, editor e comentarista político (Aguilera, 2010).

Seu estilo narrativo característico ganhou forma com o romance *Levantado do Chão*, publicado em 1980. Em 1982, Saramago ganha notoriedade no cenário literário com o romance *Memorial do Convento*, que com mais de dez edições e 50 mil exemplares vendidos em apenas dois anos, foi reconhecido internacionalmente. Depois vieram diversas obras, entre elas, a mais conhecida, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Esse romance causou intensa controvérsia e foi alvo de censura por parte do governo português. A polêmica foi tamanha que o autor teve sua inscrição vetada no Prêmio Literário Europeu. Diante da repressão,

Saramago decidiu mudar-se para a ilha de Lanzarote, no arquipélago das Canárias, acompanhado de Pilar del Rio, jornalista espanhola, sua companheira. (Aguilera, 2010)

Ao longo da carreira, foi laureado com importantes prêmios, como o Prêmio Camões em 1995 e o Prêmio Nobel de Literatura em 1998, os quais ampliaram sua projeção internacional e lhe proporcionaram participar de eventos e ações em defesa dos direitos humanos. Saramago faleceu em sua residência, em Lanzarote, em 18 de junho de 2010.

3.3 CARACTERÍSTICAS LITERÁRIAS E OBRAS DE JOSÉ SARAMAGO

A maneira como Saramago compõe seus textos é singular e transformou a literatura de sua época. Ele se destacou por romper com as convenções tradicionais de pontuação, optando por construir os diálogos sem utilizar travessões ou aspas para indicar as falas dos personagens. Além disso, seus textos apresentam períodos extensos, muitas vezes sem a presença de ponto final ou interrogação, e capítulos contínuos, sem divisão em parágrafos, títulos ou numeração. José Saramago explorou uma ampla variedade de gêneros literários, como poesia, teatro, crônicas, contos, novelas e romances. Todavia, foi por meio da prosa que alcançou maior notoriedade, consagrando-se como um dos grandes escritores do século XX. (Aguilera, 2010).

A voz narrativa presente nas obras de José Saramago é marcada por uma identidade singular, que se consolidou a partir da publicação de *Levantado do Chão* (1980). A partir daí, o autor desenvolve um estilo inconfundível, aprofundado em *Memorial do Convento* (1982) e afirmando-se em *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984). Autodidata, Saramago combina a leitura dos clássicos com uma atenção constante à linguagem cotidiana, o que fundamenta sua expressão literária potente e fluida. O narrador, onisciente, conduz os enredos com liberdade, transcendendo os limites da narrativa tradicional: mistura temporalidades, introduz digressões e frequentemente interpela o leitor. Dessa forma, ele assume o controle ideológico e moral da história, funcionando como um porta-voz direto da visão do próprio autor. (Aguilera, 2010)

Sua prosa, de forte musicalidade e estrutura barroca, é marcada por frases longas, ritmos elaborados e uma construção discursiva sinuosa, que aos poucos ganha contornos mais sóbrios e líricos, especialmente a partir de *Ensaio sobre a Cegueira*. Essa combinação da oralidade com um domínio estilístico sofisticado e com o uso criativo da pontuação, a fusão de discursos direto e indireto e a cadência narrativa lhe confere originalidade e força à sua escrita. (Aguilera, 2010)

Ao buscar integrar diferentes momentos históricos por meio de uma abordagem crítica e criativa, Saramago articula ideias carregadas de ironia, lucidez e reflexão. A ironia, em suas

múltiplas formas, ora suave, ora sarcástica, às vezes crítica ou analítica, mas que para ele funciona como um instrumento que provoca o leitor a refletir sobre o real e sob novas perspectivas. Esse traço estilístico, central na obra do autor, foi reconhecido pela Academia Sueca ao conceder-lhe o Prêmio Nobel de Literatura em 1998. Obras como *Ensaio sobre a Lucidez*, *As Intermittências da Morte*, *O Homem Duplicado* e *A Viagem do Elefante* evidenciam com clareza esse uso marcante da ironia como forma de engajamento intelectual e político. (Aguilera, 2010)

Saramago é instigante, os conteúdos presentes nos romances de Saramago promovem e provocam reflexões profundas sobre a condição humana, suas obras de ficção apresentam personagens que enfrentam dilemas existenciais, mergulham em processos de autorreflexão e confrontam realidades sociais e culturais estabelecidas. Notoriamente crítico do sistema capitalista, o autor utiliza sua literatura por vezes entrelaçada com episódios históricos, como ocorre em *Memorial do Convento* e *Levantado do chão* para denunciar os impactos desumanizadores provocados pelo capitalismo. (Aguilera, 2010)

O recurso ao fantástico é uma característica recorrente na produção literária de Saramago. Um exemplo marcante ocorre em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, no qual o fantasma de Fernando Pessoa passa a acompanhar Ricardo Reis, um dos heterônimos do poeta. A narrativa se passa em 1936, período em que outras figuras fantasmagóricas como o regime ditatorial de Salazar e o avanço do nazifascismo ameaçam Portugal e o restante da Europa. (Aguilera, 2010).

De acordo com (Aguilera, 2010), a produção literária de José Saramago é vasta e diversificada, abrangendo poesia, romance, dramaturgia, crônicas e contos. No campo da poesia, destacam-se as obras *Os poemas possíveis* (1966), *Provavelmente alegria* (1970) e *O ano de 1993* (1975). Entre seus romances, estão *Terra do pecado* (1947), *Manual de pintura e caligrafia* (1977), *Levantado do chão* (1980), *Memorial do convento* (1982), *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984), *A jangada de pedra* (1986), *História do cerco de Lisboa* (1989), *O evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio sobre a cegueira* (1995), *Todos os nomes* (1997), *A caverna* (2000), *O homem duplicado* (2002), *Ensaio sobre a lucidez* (2004), *As intermitências da morte* (2005), *A viagem do elefante* (2008), *Caim* (2009) e *Claraboia* (2011).

Além disso, destacou-se na dramaturgia, Saramago escreveu peças de teatro. Algumas de suas obras foram adaptadas para o cinema, com destaque para *Ensaio sobre a cegueira* (2008), *A jangada de pedra* (2008), *Embargo* (2010) *José e Pilar* (2010) e *O homem duplicado* (2014).

3.4 HISTÓRIA E DADOS DO ROMANCE NEORREALISTA PORTUGUÊS “*LEVANTADO DO CHÃO*” DE JOSÉ SARAMAGO

No ano de 1980, José Saramago, que desde 1977 havia decidido se dedicar exclusivamente à atividade literária, publica seu primeiro romance de grande repercussão: *Levantado do Chão*. No entanto, é importante destacar que o projeto dessa obra começou a ser gestado em um contexto específico, marcado pela saída do autor do jornalismo, após ser demitido do Jornal de Notícias em 1975 por motivos políticos. (Aguilera, 2010)

José Saramago, em entrevista concedida à Revista Cult, relata que, após perder o emprego em 1975, enfrentou um período de incerteza sobre seu futuro. Proveniente de uma família camponesa pobre do interior ao norte de Lisboa, o escritor começou a refletir sobre sua trajetória e a das gerações anteriores de sua família, que viveram em condições rurais precárias.

Diante disso, decidiu não retornar diretamente à sua terra natal e fazer uma imersão no Alentejo. Conviveu com trabalhadores rurais, compartilhou refeições, viveu no dia a dia. A partir dessas experiências, Saramago reuniu uma série de histórias contadas pelos camponeses e moradores da região, ideias e impressões que serviriam de base para a escrita do romance *Levantado do Chão*, iniciado em 1979 e publicado em 1980, após um período de maturação de três anos. O livro foi sua terceira obra, após *Terra do Pecado*. (José Saramago, 1998)

José Saramago revela que a motivação inicial para a escrita nasceu do desejo de dar voz à trajetória de vida dos camponeses do Alentejo a fim de retratar suas lutas e privações diante de um sistema opressor. No entanto, como ele mesmo admite, embora já tivesse clareza sobre o conteúdo da narrativa, ainda buscava a forma adequada para transmiti-la:

Eu tinha uma história para contar, a história dessa gente, de três gerações de uma família de camponeses do Alentejo, com tudo: a fome, o desemprego, o latifúndio, a polícia, a igreja, tudo. Mas me faltava alguma coisa, me faltava saber como contar isso. [...] O tema que eu tinha estava claríssimo, era um romance neorrealista, bastavam camponeses, fome, desemprego, luta, tudo isso. E modelos do romance neorrealista português, nós os temos, e grandes romances. Portanto, o molde eu já tinha e só precisava colocar nele a minha própria matéria e, então, já teria o romance.” (Costa, 1998).

Para sacramentar sua obra, Saramago (2010), menciona que ao conversar com um idoso alentejano, esse senhor abre uma gaveta e tira alguns papéis com alguns escritos e lhe entrega, era a história de João Domingos Serra contada por ele próprio. Saramago reflete que naquela noite leu e a comoção lhe tomou conta. Domingos foi um trabalhador alentejano que teve uma vida conturbada da infância a vida adulta. No manuscrito narra os tempos sombrios

das condições de vida dos camponeses. Com isso, ele uniu essa história a outras, de alentejanos tanto reais quanto fictícios, que são mencionados na dedicatória do livro.

Na convivência com os camponeses do Alentejo, autor revela que algo de singular havia ocorrido, pois ao ouvir suas histórias e experiências de vida, ele percebeu que havia assimilado a oralidade de maneira tão profunda que, ao escrever, sentiu-se como se estivesse no lugar deles e descreve:

[...] sem que eu percebesse, é como se, na hora de escrever, eu subitamente me encontrasse no lugar deles, só que agora narrando a eles o que eles me haviam narrado. Eu estava devolvendo pelo mesmo processo, pela oralidade, o que, pela oralidade, eu havia recebido deles. (Costa, 1998, n. p.).

Para o autor, essa vivência foi essencial para o desenvolvimento de seu estilo narrativo, caracterizado por uma sintaxe singular e uma pontuação pouco convencional. Ele relata, inclusive, a reação de estranhamento de alguns leitores à sua obra *Levantado do Chão*, e reflete:

[...]inclusive um amigo meu me chamou para dizer: olha, eu sou seu amigo, mas a verdade é que leio três páginas e me perco, eu não entendo o que você diz. E eu disse: você tem em casa um corredor comprido, não? Pois então, acenda a luz à noite e comece a andar de um lado para o outro no corredor, lendo em voz alta. Se você ler em voz alta, vai ver o que acontece. Da mesma forma que, quando nos comunicamos oralmente, não precisamos nem de travessões, nem de pontinhos, nem nada do que parece necessário usar quando escrevemos.

Nessa entrevista, de José Saramago, evidencia-se a origem de seu estilo narrativo peculiar, marcado pela ausência de vírgulas e travessões, assim como outros sinais de pontuação convencionais e que veio surgir a partir dessa vivência com o campesinato no Alentejo que originou o seu primeiro romance, "*Levantado do Chão*".

Ele conta que, no início, escrevia como a maioria dos autores, seguindo um roteiro tradicional, com diálogos marcados e utilizando a pontuação conforme as normas convencionais da escrita literária. No entanto, por volta das páginas 24 e 25 do livro, algo inesperado e significativo aconteceu em seu processo criativo: de forma espontânea e quase inconsciente, começou a mesclar o discurso direto com o indireto, rompendo com muitas regras sintáticas. Ao perceber essa mudança natural em seu estilo, sentiu-se obrigado a retornar ao início do texto para reescrever as páginas iniciais, adequando-as ao novo modo de narrar que havia surgido e tornou a marcar suas demais obras.

Na dedicatória do livro, Saramago (2010) menciona à memória de Germano Vidigal e José Adelino, ambos mortos pela ditadura Salazarista quando organizaram uma manifestação denominada Marcha da Fome. Aproximadamente dois mil trabalhadores rurais reuniram-se nas proximidades da Casa do Povo em Portugal, onde reivindicaram melhores salários e anunciaram o início de uma greve. Germano e José Adelino foram brutalmente torturados e mortos por agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) no Estado Novo. (Museu do Aljube Resistência e Liberdade). Ambos fazem parte da narrativa, ou seja, o narrador entrelaça fatos históricos para a sua ficção, a fim de resgatar um momento histórico pelo qual Portugal vivenciou.

3.5 ANÁLISE LITERÁRIA DO ROMANCE *LEVANTADO DO CHÃO*

3.5.1 A constituição da família Mau-Tempo no Alentejo e a base histórica

O Romance *Levantado do Chão* narra a história de um grande pedaço de terra, no caso um latifúndio que possui um dono e vários camponeses e trabalhadores rurais que trabalham nessa terra para esse dono na região do Alentejo, no sul de Portugal. A narrativa retrata a saga de três gerações dos camponeses da família Mau-Tempo, mostra a passagem do tempo da primeira geração. Nessa geração está o casal Domingos Mau-Tempo, sapateiro de profissão e Sara da Conceição. Já nas gerações seguinte está João Mau-Tempo, Anselmo, Maria da Conceição e Gracinda Mau-Tempo e finaliza com Maria Adelaide Espada. A vida da família Mau-Tempo se entrecruza com a de outros trabalhadores rurais.

Nesse conflito, opõem-se dois grupos historicamente definidos: de um lado, os grandes proprietários de terra, cuja origem remonta ao século XV, quando o rei de Portugal concedeu extensas terras em Monte Lavre a Lamberto Horques Alemão, do outro, estão os camponeses e trabalhadores rurais que, geração após geração, foram submetidos à exploração pelos descendentes de Lamberto, os chamados Bertos. Essa luta de classes atravessará todo o romance, levantando reflexões sobre a exploração do trabalho rural e a desigualdade na distribuição da terra.

A base histórica da qual se constitui a narrativa de *Levantado do Chão*, origina-se com as doações de terras feitas pela monarquia portuguesa, perpassa o século XX, concentra-se especificamente no período do Estado Ditatorial do Estado Novo e encerra-se com a Revolução Portuguesa de 1974.

3.5.2 Da análise Literária de *Levantado do Chão*

No início, o narrador detalha essa imensidão de terra e descreve a geografia portuguesa: “O que há mais na terra é paisagem, [...] a paisagem sempre sobrou, abundância

que só por um milagre [...] paisagem é anterior ao homem. [...]. Tanta paisagem. Um homem pode andar por cá uma vida toda e nunca se achar. (Saramago, 2010, p. 12) Além de descrever essa geografia, verifica-se a origem desse latifúndio, quando então foram feitas as concessões de terras comunais aos grandes mosteiros da igreja católica e aos grandes senhores por parte da monarquia portuguesa, que marcaram de forma duradoura a configuração agrária do sul do país. (Rau, 1965)

“[...]Senhor rei ou duque, ou duque depois real senhor bispo ou mestre da ordem, filho direito ou de saborosa bastardia, [...] e algumas vezes amigos meus esta é a minha terra, tomai, povoai para meu serviço”. (Saramago, 2010, p. 12).

Nesse período, observa-se a presença questionadora do narrador, evidencia-se o uso de vocativos e da figura de linguagem apóstrofe, por meio da qual Saramago interpela diretamente os personagens ou instituições, questiona as estruturas de poder herdadas do passado. Esse recurso é frequentemente aliado ao uso da ironia, reforçada pela crítica social presente na narrativa. Assim, esse capítulo remete o leitor ao período da monarquia portuguesa.

A chegada da família Mau- Tempo, o casal Domingos Mau-Tempo e Sara da Conceição com o filho recém-nascido João Mau- Tempo a São Cristóvão em busca de melhores condições de vida é descrita por uma forte tempestade, em que simbolicamente sugere-se o início de uma vida de dificuldades e lutas para os Mau-Tempo. Os eixos centrais do capítulo são as características dos olhos azuis da criança João Mau-Tempo, herança de um estrangeiro que veio com Lamberto Horques Alemão, que violentou uma camponesa, há quinhentos anos. Essa característica física causou estranhamento em todos: “e é certo que os seus olhos azuis, que ninguém na família tinha ou se lembrava de ter visto em parente [...]” (Saramago, 2010, p. 24). Para esclarecer esse trecho, Saramago retorna ao período monárquico de D. João e a constituição do latifúndio e faz uma digressão para comentar o passado nessa citação:

Já de vontade não fora aquela outra rapariga, **quase quinhentos os anos** antes, que estando um dia sozinha na fonte, [...] viu chegar-se um daqueles estrangeiros que viera, [...] alcaide-mor, [...] **por mercê do rei Dom João** o primeiro [...] desatendendo aos gritos e rogos da donzela, a levou a uma espessura de fetos, onde, a seu prazer, a forçou. Era um galhardo homem de pele branca e olhos azuis, [...] que o atizado no sangue, mas ela não foi capaz de lhe e querer bem e sozinha pariu como pôde ao fim do tempo. Assim, durante quatro séculos este s olhos azuis vindos da Germânia apareceram e desapareceram. (Saramago, 1980, p. 24, grifo nosso)

A digressão ou interrupções é um dos estilos do narrador, comumente utilizada em suas obras. Sobre isso, Saramago explica que pode ocorrer propositalmente ora para pausar, ora para fazer um comentário irônico, sociológico ou político, mas que pode também ocorrer de forma natural, inserir situações das quais não imaginava e surgiram no meio da escrita do livro. (Saramago, 2010)

Ademais, Saramago também utiliza desse episódio para reforçar o contexto de injustiça social dos descendentes que vivem e trabalham na terra e não têm direito legal sobre ela. Outrossim, o reaparecimento esporádico dessa característica física funciona como um elo entre passado e presente, revelando um tempo profundamente vinculado à memória e à reprodução.

Entretanto, a família mal se estabelece em um local e rapidamente se vê obrigada a mudar-se. A rotina da família é marcada por episódios de violência física e psicológica contra Sara e os filho João Mau-Tempo, ela por sua vez é uma mulher oprimida e submissa. Domingos carrega o drama do alcoolismo: “Homem, que não temos sossego nem assento, de um lado para o outro como o judeu errante, com estas crianças pequenas, é uma aflição, calate aí mulher, que eu bem sei o que faço. (Saramago, 2010, p.29).

Mudara-se para norte de Portugal, local onde nasce o filho, Anselmo. Posteriormente, viajam para Monte Lavre, “Já por Landeira, Santana do Mato, [...], Terrafeiro e Afeiteira, e em meio destas viagens nasceu terceiro filho: “que filha era, Maria da Conceição, e outros, filho mesmo, que teve nome de Domingos, como seu pai”. (Saramago, 2010, p. 33). O período em que ocorre os fatos se dá na queda da monarquia, portanto, entra a República portuguesa de 1910: “O trono caíra, [...] e o litro de azeite custava mais de dez mil réis, dez vezes a jornada de um homem. [...] (Saramago, 2010, p. 33).

E o narrador questionador e provocativo entra em cena, com mais um de seus estilos, o questionador crítico, social e político: “Então, porque entre o latifúndio republicano não se viam diferenças e as parecenças eram todas”. (Saramago, 2010, p. 33). Entretanto, Saramago não deixa de fazer uma crítica contundente à falsa promessa de mudança trazida pela República, ao mesmo tempo em que convoca o leitor à reflexão. Logo, a troca de poderes não se altera em Portugal e na vida dos camponeses. Continuavam marcadas pela miséria e pela exploração. A República, embora simbolize uma ruptura política, revela-se a continuidade do mesmo sistema opressor, especialmente no que diz respeito à estrutura fundiária.

O grande latifúndio começa a ganhar corpo na República sob o olhar do dono de vastas terras, Lamberto. Do outro lado, os camponeses e trabalhadores rurais iniciam suas

reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, pois a promessa da República por melhores dias não se concretizava: “Alguém de boa letra lhes redigiu a petição [...] esperanças populares filhas da república, muita saúde e fraternidade, **senhor administrador, cá ficamos à espera da resposta.**” (Saramago, 2010, p. 34, grifo nosso). Nessa última oração tem-se um vocativo, uma súplica, entretanto o autor suprime o uso do ponto de exclamação, estilo próprio dele, mas que não compromete a clareza do pensamento. Quando se refere “alguém de boa letra” faz alusão ao analfabetismo dos trabalhadores.

Nesse cenário de instabilidade, sem trabalho e numa sequência de itinerários, seguida pela miséria, Domingos não suporta as adversidades da vida e mais o alcoolismo tira sua própria vida: “passou a corda pelo ramo, atou solidamente, e sentado nele fez o laço e atirou-se para baixo. De enforcamento nunca ninguém morreu tão depressa”. (Saramago, 2010, p. 50)

Nesse período permeado por tragédias da família Mau-tempo, Duarte (1982, p.136) chama a atenção quanto ao primeiro núcleo da família Mau- Tempo devido a carga semântica do sobrenome Mau-Tempo, que ainda é reforçada pela difícil trajetória de vida. No início do capítulo, o autor já fazia menção ao mau presságio: “foi dilúvio de mau prenúncio” (Saramago, 2010, p. 25). Nas palavras de Duarte (1982), o nome Domingos indica submissamente dedicado ao Senhor como os domingos e a Sara é uma personagem alienada e submissa.

Com a morte de Domingos Mau-Tempo, João Mau-Tempo, ainda criança, tornar-se o provedor da casa e começa a trabalhar no latifúndio, assim como toda família, a realidade das famílias dos campesinatos retratada na obra:

O dia inteiro, horas e horas de enfiada, quase escondido entre o sarçal, moendo à pancadas as raízes com enxadão, **mas as crianças, senhor, porque lhes dais tanta dor.** Aquele moço, ó capataz, que anda ele a fazer aí, rendimento não dá nenhuma, dizia Lamberto de passagem. **E** o outro, **É** uma esmola que lhe faz, o pai era Domingos Mau-Tempo, uma miséria. Bem rematou Lamberto e entrou na estrebaria a visitar os cavalos. (Saramago, 2010, p. 53, grifo nosso)

Novamente tem-se uma evocação pelo uso da figura de linguagem apóstrofe. E não há na frase o ponto de exclamação, afirmando seu estilo de escrita. Seu chamamento a figura senhor sugere-se que seja para Deus, figura notória em seus escritos. Deus é um personagem importante e presente nas obras de Saramago. Embora, ele costume repetir que Deus é apenas uma personagem de ficção, que ele convoca frequentemente nos seus textos, bem como não deixa de traduzir a sua indignação frente às injustiças, da mesma maneira que para ele o

homem perdeu a capacidade de se indignar. O autor já declarou seu ateísmo e gostaria que Deus existisse e interviesse para confrontar com o ser humano. (Aguilera, 2010)

Ainda, nesse mesmo fragmento, não há indicações de travessão ou passagem da primeira pessoa para a terceira pessoa, através de uma espécie de reprodução do ritmo oral de narrar, a fala do narrador e das personagens é separada apenas por uma letra inicial maiúscula e com vírgula. Há a supressão de travessão, não há ponto de interrogação e exclamação, os pontos finais são reduzidos, assim como são utilizados verbos de elocução para marcar os diálogos.

O tempo passa em Monte Lavre, mas a vida de miséria e de trabalho análogo a escravidão persiste dentro do latifúndio. A Primeira Guerra mundial e a guerra nas Colônias africanas são demarcadas no tempo: “Guerra na Europa, já foi dito. E guerra também em África. [...] A Monte Lavre, de guerras só chegavam notícias de jornal, e essas eram para quem as soubesse ler”. (Saramago, 2010. p. 57) Nesse ínterim, Sara e os filhos passaram a residir com Joaquim Carranca, seu irmão. O pequeno João, já não é mais criança e adquiri a maioridade e vislumbra melhores oportunidades fora do latifúndio ou quem sabe no serviço militar: “Sonha acordado, já se vê longe de Monte Lavre, quem sabe se em Lisboa” (Saramago, 2010, p.62). Todavia, o serviço militar lhe é negado. Então, João, o tio e os irmãos vão “trabalhar de internada” no Monte Pendão das Mulheres. (Saramago, 2010, p. 66)

Em Pendão das Mulheres, João conhece Faustina, ambos se apaixonam, um novo mundo abre-se para ele: “João, para onde fores, irei eu também”. (Saramago, 2010, p.68) Conforme aponta Guimarães (2011) o nome Faustina é o feminino de Fausto, do latim e significa auspicioso. O adjetivo auspicioso segundo o dicionário Oxford significa bom agouro, gerador de esperança, logo Faustina seria uma boa companhia para João. Um novo ciclo inicia e uma nova família também:

João Mau-Tempo levava Faustina pela mão, tremiam-lhes os **castigados dedos**, guiava-a sob as árvores e ao rente dos matos e das ervas molhadas, e de repente, sem saberem como aquilo aconteceu, **talvez cansada de tantas semanas de trabalho, talvez** tremor insuportável, acharam-se deitados. Em pouco tempo perdeu Faustina a sua donzela, e, quando terminaram, lembrou-se João do pão e chouriço, e como marido e mulher o repartiram. (Saramago, 2010, p. 70, grifo nosso)

Nessa citação, o narrador observador interrompe a linearidade dos acontecimentos por meio do advérbio de dúvida “talvez” para introduzir um olhar subjetivo sobre os sentimentos e impulsos das personagens, é uma digressão sutil. “A” voz narrativa não apenas relata o fato,

mas reflete, interpreta e humaniza a ação, mesmo atribuindo adjetivos com forte carga semântica devido ao trabalho árduo a que os camponeses são submetidos castigados, canseira.

Já se viu que **Lamberto**, alemão ele seja, tenha sido, ou agora português, não é homem para trabalhar esta grande terra com suas próprias mãos. Quando a **herdou**, comprou de frades ou roubou estando a justiça cega, vieram agarrados, como torrões às raízes, **uns tantos animais de pernas e braços**, que esses, sim, são de propósito criados para tal destinação, pela via de produção de filhos e sua conservação útil. [...] O feitor é o chicote que mete na ordem a canzoada. [...] A grande e decisiva arma é a ignorância. É bom que eles não saibam ler, nem escrever, nem contar, nem pensar considerem e **aceitem que o mundo não pode ser mudado, que este mundo é o único possível, tal como está**, que só depois de morrer haverá paraíso. (Saramago, 2010, p. 72, grifo nosso).

A partir dessas citações evidencia-se a marca do neorrealismo, a forte desigualdade social e a divisão da luta de classe. De um lado os camponeses e trabalhadores rurais nos personagens da família Mau-Tempo em oposição aos grandes latifundiários, Lamberto, dono do poder ou explorador e burguês. A alienação estrutural, na qual os oprimidos são condicionados a aceitar o mundo como imutável, como se fosse um destino inevitável e divinamente sancionado. (Moisés, 2008)

Os antagonistas desse sistema perverso se divergem entre opressores e oprimidos, um trabalho servil disfarçado com características fortes de escravidão. Há uma metáfora e uma metonímia “O feitor é o chicote”, ou seja, estância superior, donos da terra (Duarte, 1982). Nesse capítulo, Saramago desenha um discurso literário carregado de ironia unida pelo sarcasmo e o uso da irracionalidade quando compara os trabalhadores sem-terra a animais domesticados e privados de consciência crítica. Na há a romantização das condições humanas dos camponeses.

Esse opressor não consegue oprimir sozinho, ele conta com o aparelho repressivo do Estado, a Guarda Nacional Republicana, que “foi criada e sustentada para bater no povo”. (Saramago, 2010, p. 73). De igual maneira, a igreja, por meio do padre Agamedes que funciona como um mediador do rebanho para que os camponeses não façam greves, fiel e dedicado aos grandes poderosos, pois tem papel relevante na doutrinação dos camponeses, pois recebe gratificações para mantê-los submissos. O líder religioso molda suas falas de acordo com as circunstâncias vividas no latifúndio.

A passagem do tempo é rápida, João Mau-Tempo e Faustina tiveram três filhos António, Gracinda e Amélia. João Mau-Tempo recebe a visita do agente local do regime para ir a um comício em Évora, (Saramago, 2010, p. 90, grifo nosso)

[...]entra-lhe um podengo pela porta dentro, que não se chama Guadiana nem Piloto, **tem duas pernas e nome de homem, mas é bicho de morder**, e diz, Trago aqui um papel para vocemecê (sid) assinar, que é para ir a Évora no domingo, a um comício a favor dos nacionalistas espanhóis, é um comício contra os comunistas. A vontade é dizer não, mas a vontade não vê por onde chegar à palavra, [...]já em diferente tom, parece de ameaça, e João Mau-Tempo olha para a mulher, [...]o podengo com o papel na mão à espera da resposta, que vou eu dizer, bem me importam a mim essas coisas, não entendo nada destes comunismos, bem, não é tanto assim, ainda na semana passada estavam uns papéis debaixo dumas pedras, com a ponta de fora, como se estivessem a acenar, e eu deixei-me ficar para trás e fui apanhá-los, ninguém viu, porque estará **este podengo a mostrar os dentes**, alguém lhe foi dizer, veio aqui para **ver se eu me atrevo a responder que não quero ir** a Évora, que não assino, o pior é depois, que **este cachorro toda a gente o conhece**, é o Requinta, ouve e vai contar, não falta por aí quem se queixe, mas se eu arranjar uma desculpa, **estou com a pontada**, ou tenho de ir **por uns paus na coelheira**, não vai acreditar, sei lá se depois me vêm prender, Está bem, Requinta, assino. João Mau-Tempo assinou onde outros já tinham assinado, ou a rogo por não saberem escrever, que era a maioria.

A presença do Requinta, figura temida e vigiadora, simboliza o poder repressivo nos campos alentejanos, atuando como instrumento de controle. O personagem, mesmo dizendo “não entendo nada destes comunismos”, expressa consciência do risco de qualquer posicionamento contrário às ordens superiores, num cenário em que a delação e a vigilância permeiam o cotidiano dos trabalhadores. Ademais, devido ao tempo que Saramago esteve no Alentejo para a escrita do livro, sua proximidade e convivência com os trabalhadores rurais, está presente uma linguagem mais rural e coloquial do Alentejo como mostra a citação acima. Em entrevista, Saramago ele declarou:

“É como se, na hora de escrever, eu subitamente me encontrasse no lugar deles, só que agora narrando a eles o que eles me haviam narrado. Eu estava devolvendo pelo mesmo processo, pela oralidade, o que, pela oralidade, eu havia recebido deles. Essa forma de narrar, quase cronista, mistura a voz do narrador com elementos da tradição popular, ditos e memórias. (Aguilera, 2010, p. 305)

Seguindo os passos históricos, vemos a implementação do Estado Novo quando os trabalhadores chegam à Évora para a posse de Salazar, assim inicia tempos mais sombrios, o Estado Novo substitui a Ditadura Militar. “Estamos reunidos, [...] para mostrar ao governo da nação [...], Salazar, o génio que consagrou a sua vida, [...] ao serviço da pátria, [...], contra esses comunistas malditos que ameaçam as nossas famílias. (Saramago, 2010, p. 94)

A tomada de consciência dos trabalhadores ocorre de maneira progressiva, como inicia o capítulo “outros, porém já se levantaram” (Saramago, 2010, p. 99). Esse processo de

“levantar-se” se intensifica conforme se agravam as condições de trabalho, os abusos e a pobreza. A máquina debulhadora chega ao latifúndio e impõe um ritmo mais acelerado e desgastante ao serviço, a exaustão toma conta dos corpos, um pequeno grupo decide parar:

Vai o moço para a moinha, recebe-a na cara como um castigo [...], o **desespero alimenta-se da extenuação do corpo** [...]. Manuel Espada [...] deixa a moinha, chama os companheiros e diz: “Vou-me embora, que isto não é trabalhar, é morrer” [...]. Vem o capataz, esbaforido, “Que é isto?”, e Manuel Espada: “Vou-me embora”, e os outros: “**E nós também vamos**” [...]. Parece que ali **o latifúndio que treme**, e afinal são apenas quatro rapazes [...] (Saramago, 2010, p. 101, grifo nosso).

O gesto de Manuel Espada, ao abandonar o trabalho e convocar os companheiros, representa o rompimento com a naturalização da opressão, embora sejam apenas quatro rapazes, o narrador aponta ironicamente que o latifúndio treme. Portanto, a ideia do indivíduo oprimido e alienado ganha consciência da sua opressão e da necessidade da luta de classe, características latentes do Neorrealismo. Ademais, a exploração do trabalho levada à exaustão é carregada de denúncia social. Moisés (2008)

Os quatro trabalhadores ao pararem a máquina vão ao feitor Anacleto solicitar o pagamento dos dias trabalhados, mas ele resolve não pagar e ainda acusa Manuel Espada, Augusto Patracão, Felisberto Lampas e José Palminha de serem grevistas e chama a guarda: “[...], e por onde a guarda passa, seguem-na os olhos das mulheres e de velho mais curioso [...]. Está de vir à força armada [...] buscar quatro perigosos agitadores” (Saramago, 2010, p. 102).

Além de não receberem pelos dias trabalhados, o grupo é levado para interrogatório diante do administrador Goncelho e do tenente Contente, guarda do estado Novo. Os interrogados se defendem, afirmam que ninguém lhes ensinou nada sobre greves, apenas reclamaram da máquina que lhes exigia muito. Goncelho não acredita e em tom ameaçador: “Então vocês, seus malandros, não tem vergonha nessa cara, **vão passar o mar ao outro lado, costa de África** para aprenderem a respeitar aqueles que mandam”. (Saramago, 2010, p. 107, grifo nosso). Por fim, os trabalhadores foram separados, a fim de evitar agitações e como forma de coerção por parte dos latifundiários

Em relação ao trecho em que ameaça de enviar os trabalhadores para a África, a história revela que Salazar mandou construir um campo de concentração na ilha de Tarrafal, em Cabo Verde para enviar opositores ao regime e mais tarde passou a enviar militantes africanos das guerras coloniais. (Figueiredo, 1976)

Sara Mau-Tempo adoece: “Esta mulher que tanto peregrinou em nova, vive agora quieta e calda[...]foi parar no manicômio de Rilhafoles, onde ficou até vir morrer”. (Saramago, 2010, p. 111- 113),

Com o término da II Guerra Mundial as reivindicações pela democratização percorrem o país. A oposição entre repressão e democracia espalha-se pelos campos do Alentejo, é nesse momento que aflora a consciência de que existe uma luta entre patrões e trabalhadores. O Partido Comunista Português se torna um símbolo de resistência nos campos alentejanos.

Dessa tomada de consciência Sigismundo Canastro, Manuel Espada e João Mau-Tempo percorrem o latifúndio em busca da mobilização e do engajamento dos demais camponeses na luta pelo aumento do valor da jornada. “É preciso que haja união entre os trabalhadores [...], juntemo-nos todos para exigir o nosso salário”. (Saramago, 2010, p. 144).

Como citado no II capítulo, os trabalhadores e camponeses não tinham interesse em apropriação de terra, pois a terra para eles era sinônimo de sobrevivência e subsistência, nem sequer estava relacionada à ideia do lucro. (Figueiredo, 1976). Para dificultar ainda mais a vida dessas pessoas, havia nos campos de Portugal a guarda rural que ameaçava quem ousasse ler jornais ou qualquer manuscrito aos trabalhadores rurais, que na sua maioria eram analfabetos, pois eram acusados de incitarem greves ou apologia ao comunismo.

O aumento do valor da jornada de trabalho foi conquistado, mas nas safras seguintes os proprietários das terras se reorganizam e impõem novas condições para a contratação dos trabalhadores. Ainda assim, a consciência de luta coletiva dos camponeses se fortalecia e novas mobilizações acontecem. Mas, conforme (Ferrari, 2023) o regime de Salazar usaria de todos os meios para forçar os ‘delinquentes a trabalharem’. Por meio das forças policiais recorrem à tortura psicológica, ameaças e intimidação para forçá-los a entregarem nomes de colegas e líderes do movimento.

Fiquem vocês sabendo que não saem daqui vivos se não vomitarem tudo quanto sabem sobre esta greve [...]. Cada um de vocês vai ficar fechado num gabinete com este caderno [...], escrevam aqui tudo quanto sabem [...], e não saem de lá enquanto não estiver tudo muito bem explicadinho. (Saramago 2010, p. 155)

Os tentáculos do Salazarismo chegam a graus extremos do fascismo e para a praça dos touros levam Germano Santos Vidigal. O homem dado como perigoso, acusado de incitar as greves, vai para a sala de onde se espera que confesse seu delito e que entregue os companheiros. Nesse longo capítulo, Saramago recria uma paródia com o trecho bíblico de quando Jesus Cristo subiu ao calvário ou a via sacra carregando a cruz:

Levam-no dois guardas (...), é tudo a subir, como se estivéssemos a ver uma fita sobre **a vida de Cristo, lá em cima é o calvário**, estes são os centuriões de bota rija e guerreiro suor (...), e o cortejo tem agora apenas cem metros para andar, lá no alto, vemo-la por cima do muro, pendura uma mulher na corda um lençol, tinha sua graça **se esta mulher se chamasse Verônica**, mas não é só **Cesaltina** e pouco dada a igrejas. Vê passar o homem entre os guardas, segue-o com os olhos, não o conhece, mas tem um pressentimento, encosta o rosto **ao lençol húmido como um sudário**” (L. C, 2010, p.167, grifo nosso)

O local é inacessível, como convém a um espaço de tortura, ninguém pode adentrá-lo, apenas algumas formigas serão as testemunhas desta violência, pois o narrador se sente impotente para narrar os fatos:

“Agora mesmo caiu um dos homens, fica ao nível das formigas [...], tantas serão as vezes que ele cairá, que por fim **lhe terão decorado o rosto** [...]. **Caiu o homem outra vez, é o mesmo, disseram as formigas** [...]. Ignoram que a luta de Germano Santos Vidigal não é com seus espancadores Escarro e Escarrilho, mas com o seu próprio corpo. [...] A formiga grande vai na sua quinta viagem e o jogo continua [...]. Que pálido está este homem, nem parece o mesmo [...]. **Conheço-o pelo cheiro, que ainda assim é o melhor sentido das formigas.** [...] Escarro e Escarrilho levantam Germano dos Santos Vidigal por baixo dos braços, erguem-no em preso [...] e vão sentá-lo numa cadeira. [...] Abre o olho Germano Santos Vidigal e, por incrível que pareça, o que ele vê é o carreiro das formigas [...]. A luz apaga-se dentro do seu cérebro. A formiga maior desaparece debaixo da porta depois de ter completado a sua décima viagem. [...] Quando voltar ao formigueiro **verá o quarto cheio de homens** [...], deram com o preso enforcado num arame, tal como agora está [...]. **As paisagens morrem porque as matam, não porque se suicidam.**”

(Saramago, 2010, p. 169–176, grifo nosso).

Pode-se dizer que essa história é uma metonímia de muitas outras histórias de pessoas que foram torturadas e mortas pela polícia política de Salazar. Saramago, por meio da Literatura retoma um passado nebuloso por qual Portugal passou e faz sua crítica à classe dominante. Ao usar a figura de linguagem prosopopeia, atribui às formigas ações e sentimentos humanos como ver, pensar, falar, lembrar e julgar para intensificar o efeito literário da cena, colocando as formigas como testemunhas silenciosas e lúcidas do martírio de Germano.

O nome de Germano é por vezes mencionado pelo narrador, talvez para que o nome do líder sindicalista não seja esquecido, mas muito, além disso, é para chamar a atenção de que com toda tortura e dor, Germano não delatou nenhum dos seus companheiros que lutaram juntos por melhor condições de salário e por melhores condições de trabalho. Portanto, o

narrador entrelaça elementos ficcionais e fatos históricos por meio da metaficção histórica ao colocar Germano Vidigal no romance.

Para os nomes dos personagens guardas policiais recebem nomes irônicos e aos mesmos tempos os nomes rimam com os cargos ocupados, o tenente Contente, o sargento Armamento e o cabo Tacabo. Já os policiais responsáveis pela tortura de Germano se chamam Escarro e Escarrilho, cujos nomes carregam uma conotação negativa semelhante a escarro que remete ao ato de escarrar, de cuspir com desprezo. Ao se referir “as paisagens morrem porque as matam, não porque se suicidam” o narrador de forma poética rompe com a narrativa oficial de suicídio de Germano e faz a denúncia a estrutura de poder desmascarando o assassinato político do Estado Novo.

Manuel Espada veio a trabalhar no latifúndio no pastoreio dos porcos com António Mau-Tempo, acrescentará a família novos ideais. Trabalhador simples, porém, íntegro. Sua firmeza diante da miséria e da opressão é marcante, a ponto de despertar respeito até mesmo nos que futuramente se tornariam seus sogros:

“O Manuel Espada é um bom rapaz, dizia Faustina, e João Mau-Tempo [...] via-o andando de Montemor para Monte Lavre, a pé, desprezando carros e carretas, só para levar avante a sua opinião, não ficar a dever favor a gente que lhe tinha recusado o pão para a boca.” (Saramago, 2010, p. 191)

Há nesse trecho a incorporação da oralidade rural e coloquial, uma estrutura sintática simples em que Saramago incorpora ao texto literário a fala do cotidiano rural. (Aguilera, 2010) Percebe-se que a narração não é interrompida para marcar explicitamente quem fala ou quem pensa. Portanto, fala, pensamento e memória coexistem.

Assim, Manuel Espada e Gracinda se casam em Monte Lavre. A cerimônia é pequena, mas com muita alegria dos familiares, até o irmão António Mau-Tempo, que estava em serviço militar, veio confraternizar com a família: “Está o padre Agamedes no altar, [...] afinal o padre Agamedes é **humaníssimo** padre, como em todos os tempos e lugares ao longo dessa história se viu”. (Saramago, 2010, p. 221, grifo nosso). O uso do prefixo íssimo no grau superlativo absoluto sintético é carregado de ironia, uma vez que o autor utiliza dessa figura linguagem para questionar o comportamento do sacerdote que compactua com as injustiças que ocorrem dentro do latifúndio. Saramago utiliza desse elemento quando precisa disfarçar qualquer coisa grave. (Aguilera, 2010)

Os homens andam pelo latifúndio, trocam papéis, encontram-se aos três e aos quatro em reuniões clandestinas nos sítios, nos ermos. Os ideais comunistas que chegavam ao Alentejo as mãos dos camponeses por meio de papéis e jornais, alguém encarregava de ler

para aqueles que não sabiam ler, a união de classe os fortalecia. A polícia política está a vigiar e espionar conspiradores. João Mau-Tempo é novamente preso, levam-no para Lisboa:

A viagem é curta e calada. João Mau-Tempo, tendo pensado, diz consigo que, se perdido estiver por cem, por mil se perca [...] **não entregará ninguém**. Melhor que se partam os espelhos e feche os olhos quem vier, para não ver a sua cara, se ele falar. Esta estrada tem memórias: por ali morreu Augusto Pinteu, e além foi onde se deitou pela primeira vez com Faustina [...] inverno, ervas molhadas, depois o pão com chouriço, sua primeira refeição de homem e mulher à lei da natureza. (Saramago, 2010, p. 238)

Contudo dessa vez condenado a trinta dias de isolamento em Lisboa. Na sala de tortura é persuadido a delatar seus aliados:

[...] Cala-te já, senão vais ali para o trapézio, que artes de circo serão essas não sabe João Mau-Tempo, mas vê o inspector Paveia dirigir-se para uma mesa, [...], e tirar da gaveta uma pistola, um cacete e uma régua grossa, Vai-me matar, pensou João Mau-Tempo, e o outro, Vês isto, é para ti, se não contares a história toda, e toma nota de que só daqui sairás depois de deitares tudo cá para fora, ficas aí de pé, não te mexes, nem um dedo, se te mexeres bebes pela medida grande. [...] João Mau-Tempo vai fazer **setenta e duas horas de estátua. Vão-se lhe inchar as pernas, terá vertigens, será espancado com a régua e com o cacete**. [...] “Mau-Tempo, conta a história, que é melhor para ti e para os teus [...] se não confessares não saís daqui vivo[...], **mas hoje o que João Mau-Tempo sente é uma grande pena e alívio por não ter falado**. (Saramago, 2010, p. 248 – 249 – 255, grifo nosso)

A forma de tortura conhecida por “estátua” era a mais comum e mais frequente utilizada pela PIDE. Aparentemente passiva, consistia em manter o prisioneiro de pé e sem dormir durante cinco dias e cinco noites. O sofrimento físico e psíquico que causava era lesões cardíacas, estados alucinatórios, demência e problemas circulatórios nas pernas (Figueiredo, 1976).

João é torturado por diversas vezes e ficou preso por seis meses na velha prisão de Aljube. [...] abandonam-no de todo as forças, já não consegue manter-se de pé, [...] está de cócoras, [...] é um pobre maltês do latifúndio. (Saramago, 2010, p. 255). Segundo Figueiredo (1976), as instalações da PIDE ficavam próximas a penitenciária de Aljube. O tratamento aos presos seguia a uma rotina fixa. Depois de chegados as instalações os presos eram colocados em celas minúsculas sem luz natural e sem mobiliário. Os interrogatórios eram contínuos e por isso então era comum os prisioneiros transitarem da prisão para a sede da PIDE. A certa altura os prisioneiros eram transferidos para Caxias, o que dificultava a busca dos familiares. A permanência na reclusão era de seis meses para averiguação e ficava a critério da PIDE

estipular mais seis meses a título de medida de segurança. “Passados dias levaram-no dali para Caxias”. (Saramago,2010, p. 256)

Faustina Mau-Tempo, incrédula vai à procura de João, seu companheiro: (Saramago,2010, p. 258, grifo nosso)

[...] “É aqui que está meu marido, **perguntava** ela, que se chama João Mau-Tempo. [...] **Não** está cá essa pessoa, [...] **Está**, sim senhor, vocês é que o trouxeram para cá, [...] e era uma fúria de **pardalito, um arrepio de galinha**, mas enfim o homem pôs-se a folhear um livro **e disse, Tem** razão, está aí na sala seis, mas não pode visitá-lo. [...] Faustina Mau-Tempo, desfaz-te em lágrimas, talvez consiga tocar o coração destes dragões de ferro, [...] **Cale-se** lá, mulher, vou ver se é possível abrir uma exceção, isto é linguagem que Faustina não entende, **quem sabe se esta prisão se chama exceção**, [...]

Nesse período, o diálogo das personagens se distancia dos padrões gramaticais, é um discurso indireto livre, não há uso de sinais gráficos convencionais como aspas, travessões ou mudança de linha para indicar as falas. Entre a fala das personagens é empregada a letra maiúscula. Também não há ponto de interrogação e não há ponto de exclamação no final. O narrador utiliza verbos de elocução para marcar os diálogos, em outros recorre apenas à vírgula e à inicial maiúscula, o que dá à narrativa um ritmo fluido, próximo da oralidade, sem interrupções bruscas. Além disso, o narrador utiliza a ironia no momento que o soldado diz que vai abrir uma exceção e organiza quando interrompe o diálogo. Em uma das suas declarações, Saramago disse que muitas vezes usou a ironia nessa obra e a classificou como uma “ironia úmida de lágrimas, próprio de quem tem pena de si próprio, porque se trata de um livro de comoção constante”. (Aguilera, 2010, p. 278)

Passados seis meses da prisão, finalmente João é solto e egressa para Monte Lavre. “São seis meses de mudanças, ora parecem poucas, ora parecem demais. [...] como estão velhos estes que não saíram de Monte Lavre”. Como foi considerado preso político teve que buscar trabalho em outras terras para “as bandas de Elvas e levou sua filha Amélia” (Saramago, 2010, p. 268)

Diante das dificuldades impostas pelo latifúndio António Mau-Tempo “foi para as terras de França, [...] filado pelo buraco da necessidade”, e em Monte Lavre o que mandava era a crise de trabalho”. (Saramago,2010, p. 287) A emigração era um fator recorrente em Portugal diante das necessidades vivenciadas pelos camponeses e trabalhadores rurais. Conforme aponta Figueiredo (1976), os imigrantes que chegavam à França, 75% eram portugueses, e os trabalhadores das zonas rurais representavam a sua maioria.

Gracinda Mau-Tempo e Manuel Espada viviam em uma cabana de seareiros abandonada. Ela estava grávida, e ambos trabalhavam na ceifa de papoulas.:

“[...] a ceifar toda noite, e quando o sol nascer **irão** à barraca para comer qualquer coisa, e se descansaram foi dez minutos, [...] **levantar-se-ão** e **trabalharão** todo o dia, e **virão** comer, o quê, e **trabalharão** toda a noite, **bem sabemos** que ninguém irá acreditar, **isto não são homens, são homens, sim senhor**, se fossem animais já tinham caído para o lado”. (Saramago, 2010, p. 291)

Nesse tópico, o narrador faz alusão à condição subumana em que se encontravam os trabalhadores no Alentejo e mesmo assim levantar-se-ão. A ficção interage com a história real desses camponeses. Nesse episódio, pode-se identificar o terceiro estágio do qual Moisés (2008) considera a respeito da alienação, para compreensão do Neorrealismo. Para o autor o homem já é conhecedor das próprias causas, mas não resolveu a utilizar os meios de que possa dispor para vencer a alienação, meios esses nem sempre ao dispor, por estreito controle policial do Estado, ou por falta de unidade de esforços de todos os que se encontram na mesma situação, precisamente quando seria necessária a conjugação de vontades.

Ademais está presente umas das principais características de Saramago, o autor onisciente e onipresente quando antecede os fatos com os verbos no futuro e gradativamente vai construindo a crítica social contida na narrativa. Ainda tece sua opinião de forma irônica. O autor Aguilera (2010, p. 220) comenta sobre esse jeito peculiar que só Saramago tem:

O autor narrador se transforma numa figura central, vigorosa e totalizadora. É capaz de reordenar subjetivamente a temporalidade, amalgamando sua própria circunstância ao ciclo dos fatos relatados, de interferir no curso do relato mediante digressões maiores, [...] interpelar o leitor e estabelecer cumplicidades com ele. Saramago assume a literatura: um narrador transfigurado em autor.

Quanto ao uso da digressão em literatura, é um recurso utilizado pelo narrador a fim de interromper algum evento, uma suspensão momentânea da velocidade para que o narrador formule asserções, comentários ou reflexões. (Aguilera, 2010) Nasce a primeira filha Gracinda Mau-Tempo e Manuel Espada, é uma menina e se chamará Maria Adelaide. Logo, evidencia-se à terceira geração da família Mau-Tempo.

Nesse capítulo o autor resgata e recria os elementos do nascimento de Cristo:

“[...]e a porta está aberta, **cai sobre este lado do lençol uma luminosidade refletida**, não curemos de saber donde, e Faustina Mau-tempo, tão surda que não ouve chorar a neta, é a primeira que lhe vê os olhos, e são azuis, azuis

como os de João Mau-Tempo. [...] Então vieram os três reis magos. O primeiro foi João Mau-Tempo. [...] Chegou cedo porque está desempregado. [...] e de oferenda não falemos, [...] ouro nenhum, incenso é fumo de igreja, [...] e se de mirra houvermos de falar, não faltam mortos pelo caminho. [...] Vai pois João Mau-Tempo de mãos vazias, mas em caminho arranca uma flor de gerânio. [...] António Mau-Tempo dá-lhe o bem-te-quero, é o que há de mais natural, mudarem as flores de nome, [...] um dia se verá com o **cravo**. [...] Não tarda que chegue o terceiro rei mago. [...] Manuel Espada fará sua viagem a pé. [...] tem os reis magos seus poderes de Ur e Babilônia, que voem adiante de Manuel Espada **dois vagalumes**, não tem nada que errar, é ir atrás deles. [...] **Os dois vagalumes que tinham estado à espera puseram-se outra vez a voar, rentinho** (sic) ao chão, com tal a claridade que **as sentinelas dos formigueiros gritaram para dentro que estava o sol nascendo**. (Saramago, 2010, p.296, 297, 299, 301, grifo nosso)

Nessa citação, o narrador realiza uma intertextualidade e uma paródia com a Bíblia, ao reescrever o episódio do nascimento de Jesus, uma celebração da cultura cristã e quando transforma os três reis magos em camponeses pobres e os presentes ouro, incenso e mirra são flores do campo, ele desloca o foco da narrativa sagrada para o cotidiano do povo. Ele concatena a paródia e a paráfrases para questionar a historiografia ou interpretações bíblicas. (Aguilera, 2010)

Além disso, fica evidente que o narrador não utiliza da paródia apenas como um elemento estilístico, ele aponta outros elementos simbólicos que antecipam profundas transformações sociais. Ao se referir “o cravo”, o autor faz um presságio da Revolução dos Cravos. A respeito da “luminosidade refletida sobre o lençol”, nos remete a uma forte simbologia de luz e esperança, assim como o nascimento da criança traz consigo uma promessa de transformação, de um novo ciclo na história de Portugal.

Novamente, o narrador retoma e utiliza à figura de linguagem prosopopeia ao se referir às formigas e ao formigueiro e acrescenta a luz dos vagalumes. As formigas foram as testemunhas da tortura e morte de Germano Vidigal e a reação delas “gritaram para dentro que estava o sol nascendo” simboliza a ruptura de tempos sombrios, escuros em a referência à ditadura Salazarista, e por menor que seja a claridade antecipa tempos de esperança.

No latifúndio, a compreensão de que a luta e a resistência fazem parte de um grande processo é cada vez mais presente entre os trabalhadores camponeses:

[...] a Montemor vamos segunda-feira, reclamar o pão dos filhos e dos pais [...]. Fizemos, fazemos e faremos, enquanto não puder ser diferente [...]. Um dia acabará, que os desenterrem, vivos haverá bastantes quando chegar esse dia”. (Saramago, 2010, p. 308).

Mas dessa vez ecoa em Portugal uma forte representação de oposição política ao regime de Salazar: “um militar, [...] benquistado [...] andar por aí a desorientar as multidões. [...], demito-o ao professor Salazar, nem parecia maneiras de candidato”. (Saramago, 2010, p. 304)

Saramago faz referência ao general Humberto Delgado, candidato à presidência e oposição ao governo de Salazar. Em discurso de campanha, ele afirmou que caso ganhasse as eleições demitiria o ditador. Delgado tinha o apoio dos camponeses, contudo as eleições foram forçadas e o candidato de Salazar ganhou a presidência. Anos depois, Delgado e sua secretária brasileira foram mortos pela polícia política de Salazar. (Figueiredo, 1976)

As reivindicações para trabalhar e para melhores condições de trabalho chegam à Praça de Montemor:

“Encheu-se o largo. Os de Monte Lavre estão juntos, Gracinda única mulher. [...] estão num mar de gente”. [...] **Queremos trabalho, Eleições livres.** A guarda montada tenta dispersar, “era uma cena de batalha”. [...] matem-nos a todos. [...] José Adelino apanhou com uma bala na cabeça (Saramago, 2010, p. 312 - 313 - 314).

E mais um acontecimento histórico e trágico é contado por Saramago, a morte de José Adelino dos Santos. José Adelino morreu no dia 23 de junho de 1958 na sequência de uma manifestação, da qual foi um dos organizadores, contra a fraude eleitoral, pois semanas antes Humberto Delgado perdeu as eleições por fraude política.

Assim, compreende-se que o autor observa e organiza os fatos cronológicos e insere personagens reais e personagens fictícias para resgatar um evento histórico do qual o próprio autor foi um testemunho vivo. Ele declarou em entrevista que *Levantado do Chão* é o testemunho de um tempo e de uma forma de viver, em termos sociológicos uma espécie de testemunho. (Aguilera, 2010)

Em janeiro de 1960, ocorre a fuga dos presos políticos do Forte de Peniche,” fugiram aqueles presos de Peniche, os medonhos comunistas” (Saramago, 2010). Entre os presos estava Álvaro Cunhal, uma das figuras mais importantes e antagonistas do regime fascista de Salazar, líder do Partido Comunista. Ele tinha ficado 15 anos preso, mesmo preso e torturado não perdeu sua lucidez, precisou se exilar e retornou quando o regime foi derrubado. (Ferrari, 2023)

Ainda na sequência de fatos históricos, o autor cita as guerras coloniais, em 1961: “chegam notícias de África, são os pretos”. [...] parece, senhor padre Agamedes, que Deus e a Virgem desviaram os seus benignos olhos da terra portuguesa (Saramago, 2010, p. 323). E

nesse mesmo ano Goa, Damão e Diu foram desocupadas: “os últimos padrões da presença portuguesa no oriente”. (Saramago, 2010, p. 324)

Na complexidade dos eventos históricos, os trabalhadores Alentejanos vivem novos momentos de grande embate social e político, agora é a luta pelas oito horas de jornada e por aumento de salário: “Vamos para as oito horas, basta de trabalhar de sol a sol. [...] **em dois anos morreram-me dois filhos da doença da fome.** [...] homens se desta vez não nos levantarmos do chão”. (Saramago, 2010, p. 333- 334 - 335).

O trecho evidencia a outra tomada de consciência de classe dos trabalhadores rurais, que agora reivindicam direitos fundamentais, como a jornada de oito horas e o aumento de salário. Ao se referir “em dois anos morreram-me dois filhos da doença da fome” o narrador faz uma representação fiel da fome e da miséria, elementos norteadores do neorrealismo português.

O regime de Salazar vai se desgastando por pressões externas e internas. Em 03 de agosto de 1968, ele caía da cadeira e ficava afastado. Termina o fim do Salazarismo, assume Marcelo Caetano, “andam ares da primavera” (Saramago, 2010, p. 336). Saramago refere-se ao período que Marcelo Caetano esteve no poder, em que foi chamada de Primavera Marcelista os dois primeiros anos de seu governo, porque havia esperança de mudanças no regime e por isso os portugueses sentiram que estavam na Primavera, entretanto a ditadura fria como o inverno continuou. (Ferrari, 2023)

João Mau-Tempo está muito doente, “[...] está **deitado**. Hoje **será** o dia da sua morte” (Saramago, 2010, p. 343). Assim, João Mau-Tempo não sobreviveu para testemunhar os frutos de sua luta, mas sua neta, Maria Adelaide, com os mesmos olhos ‘**azulíssimo**’ do avô, [...] está de **nariz levantado**” verá a chegada desse novo tempo tão sonhado por João Mau-Tempo, a Revolução: “**o governo foi deitado abaixo**” (Saramago, 2010, p. 351, grifo nosso).

A morte de João Mau-Tempo carrega uma forte carga simbólica dentro da obra e uso do verbo ‘será’ no futuro do presente antecipa um destino inevitável. O verbo “deitado” no particípio evoca não apenas a posição física, mas também um estado de exaustão de toda luta e sofrimento pelo qual passou. O adjetivo superlativo “azulíssimos” intensificado pelo autor pode-se inferir que a menina enxergará as coisas que estão por vir com mais nitidez, clareza. A cor azul na cultura ocidental simboliza a calma, a paz. Logo, tempos mais tranquilos chegarão, mas não deixará de carregar a herança de resistência de seu avô João Mau-Tempo. Seu nariz “levantado” nos remete ao orgulho, mas um orgulho digno e nobre.

Em relação frase “o governo foi deitado” conclui-se essa transição histórica e simbólica do verbo no particípio, remete à queda de uma estrutura opressora, à inversão da ordem. Portanto chegou a Revolução Portuguesa em 25 de abril de 1974.

Logo após a Revolução, os camponeses organizam-se em sindicatos rurais apoiados por uma parte das Forças Armadas e por partidos de esquerda exigindo garantia de trabalho. Todavia, os latifundiários preferiram “passar as máquinas por cima da seara, lançou searas ao gado, [...]Ansberto puxou fogo ao trigo, **tanto pão perdido, tanta fome agravada**” (Saramago, 2010, p. 359, grifo nosso).

Diante desse cenário, ocorreu a aprovação da reforma agrária, em 26 de janeiro de 1975, exigia-se a desapropriação das terras improdutivas pelos grandes latifundiários. Assim, os camponeses organizados foram ocupando as terras de forma legal. (Saramago, 2010, p. 363, 364)

“E então num sítio qualquer do latifúndio, a história lembrar-se-á de dizer qual, os trabalhadores ocuparam uma terra. **Para terem trabalho, nada mais,** [...] nunca se viu **tanta formiga de cabeça levantada.** [...] **Maria Adelaide Espada, que é o nome da sua preferência,** junta-se a mais quatro homens [...] dois milhões de suspiros **se ergueram do chão**”.

A citação descreve o ápice da luta dos trabalhadores rurais e da concretização de um sonho daqueles que por muito tempo foram os personagens reais oprimidos e passam a ser sujeitos ativos de transformação. A simplicidade da frase “para terem trabalho e nada mais” com um significado tão profundo e ao mesmo irônico, já que por meio do trabalho se garante o sustento e mata-se a fome. O trabalho é a representação da dignidade de vida de pessoas tão pobres que tiveram que lutar para garantirem a principal e primeira necessidade do ser humano que é comer. E para comer no mundo capitalista precisa-se trabalhar.

Quanto ao sobrenome “Espada” escolhido por Maria Adelaide, entende-se não apenas uma mudança nominal, mas a ruptura do sobrenome que a família Mau-Tempo carregou durante as três gerações, aquilo que foi um prenúncio de maus tempos citado no início do romance, agora ganha a força da espada que rompe, corta com um passado do qual não lhe pertence mais. Vale ressaltar, que em todas as obras de Saramago as mulheres ou o feminino ganharam destaque, conforme citou Aguilera. (2010, p. 260)

Uma literatura sustentada em excepcionais figuras femininas, presentes em seus romances como fulgurantes encarnações do melhor da condição humana. Mulheres discretas, nada enfáticas, enraizadas em séculos de sacrifício, de abnegação e de amor mantido na adversidade.

E quanto às formigas, figura de personificação presente ao longo do romance são simbolizadas pelos trabalhadores, figuras pequenas, humildes, mas que nos remete a metáfora do coletivo, da resistência organizada.

E por fim, o narrador usa do elemento fantástico, estilo presente em suas obras, para juntar mortos e vivos nessa peregrinação, bem como para simbolizar todos aqueles que lutaram e deram a vida pela terra do Alentejo ao longo de meio século. “[...] os mortos vêm muitas vezes [...], e hoje quem é que seria capaz de os segurar na suas covas conformados quando os tratores atroam o latifúndio”. (Saramago, 210, p. 365), como se os mortos emergissem do chão, para testemunhar esse movimento transformador que surge com a promessa de reparar os problemas e injustiças que, ao longo dos séculos, marcaram o latifúndio no Alentejo.

Sobre o título da obra, Saramago declarou “que do chão tudo se levanta”. Como o livro retrata o Alentejo, sua intenção era narrar a trajetória de seu povo ao longo de um período extenso, marcado pela opressão econômica e social que os alentejanos passaram. A ligação entre o latifúndio e os trabalhadores sempre foi baseada na dominação. A resposta a isso é o ato de se levantar, resistir ao peso que oprime. *Levantado do Chão* “porque, no fundo, levantam-se os homens do chão, levantam-se as searas, é no chão que semeamos, é no chão que nascem as árvores e até do chão se pode levantar um livro”. (Aguilera, 2010, p. 278)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender *Levantado do Chão*, de José Saramago, como uma obra de profundo comprometimento ético e político, cuja construção narrativa rompe com as convenções tradicionais da ficção para instaurar uma literatura de resistência diante do regime salazarista em Portugal. Saramago, com sua escrita singular, marcou nesse Romance um estilo próprio que alia oralidade, ironia, metáforas e digressões, em que assume claramente uma posição crítica diante da história e da condição humana.

Ao recorrer a uma abordagem metaficcional, o autor cria um jogo entre história e ficção que não apenas denuncia a repressão vivida durante a ditadura, mas também questiona os mecanismos de poder e exclusão social que persistem ao longo do tempo. O narrador saramaguiano, ora onisciente, ora onipresente, ao mesmo tempo em que narra, se posiciona diante das injustiças ao recontar a trajetória dos trabalhadores do Alentejo. Dessa forma, a obra transcende a Literatura Portuguesa e adquire um caráter global ao abordar a luta pela terra, a opressão e exploração do trabalho de tantos outros povos que ainda enfrentam essa grave situação em diferentes partes do mundo.

Levantado do Chão é, portanto, um romance neorrealista e social, cuja narrativa denuncia as estruturas de dominação que operam sobre o campesinato português, sobretudo por meio da exploração fundiária e do autoritarismo estatal. Trata-se de um romance que evidencia a luta de classe, a alienação dos mais oprimidos, mas que com o passar do tempo celebra a capacidade de resistência de um povo que lutou pelo direito ao trabalho e por condições mais justas. Por isso, sua importância ultrapassa o domínio estético e se inscreve na Literatura Portuguesa e mundial a fim de criar uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais e os mecanismos históricos de opressão.

Socialmente, esta obra cumpre o papel fundamental de preservar a memória coletiva em um período marcado pela repressão política e pela miséria do povo rural. Saramago se recusa a silenciar diante das injustiças e, com isso, oferece ao leitor uma literatura que denuncia, questiona e propõe grandes reflexões. Evidenciou-se uma literatura de resistência, com forte compromisso ético, pautado na verdade dos fatos históricos e com a dignidade humana.

No âmbito acadêmico, este estudo reforça a relevância de *Levantado do Chão* como uma Literatura de resistência especialmente por sua riqueza estilística, sua densidade simbólica e seu teor político. A obra de José Saramago, ao fundir linguagem literária com reflexão histórica, constitui-se como campo fértil para pesquisas interdisciplinares que

envolvam literatura, história, sociologia, filosofia e política. Mais ainda, este romance oferece ao pesquisador e ao leitor um modelo de como a literatura pode funcionar como instrumento de conscientização, de denúncia e de transformação social.

Ainda que este trabalho tenha se concentrado majoritariamente em *Levantado do Chão*, nos quais a crítica ao sistema capitalista, como à alienação do sujeito e à desumanização imposta pelas estruturas de poder se mantêm como eixo central, evidencia-se a coerência ética do autor ao longo de sua produção literária. Quanto às limitações deste trabalho acadêmico, o tempo disponível para a pesquisa impossibilitou a inclusão de uma gama mais ampla de autores e abordagens críticas que poderiam enriquecer ainda mais as interpretações aqui desenvolvidas.

Por fim, ressalta-se a importância de que a Literatura de resistência seja constantemente estudada e revalorizada nos espaços acadêmicos. Obras como *Levantado do Chão* mostram que a metaficção não é apenas arte pela arte, mas também ferramenta política, memória viva e ato de denúncia. Que este trabalho possa servir como ponto de partida para outras reflexões e novas produções literárias, e que inspire estudos que reconheçam na Literatura o poder de reflexão e transformação da realidade, assim como Saramago sempre se propôs.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Fernando Gómez. **As palavras de Saramago**. s. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 479 p.

ALEXANDRE, Valentim. Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. **Análise Social**, Lisboa, v. 28, n. 123/124, p. 1117-1136, 1993. Disponível em:

https://www.kufunda.net/publicdocs/VALENTIM%20ALEXANRE_EUEST%C3%83O%20COLONIAL_ESTADO%20NOVO.pdf. Acesso em: 18 maio. 2025.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de. "Vítimas do fascismo". Os camponeses e a dinamização cultural do movimento das forças armadas (1974-1975). **Análise Social**, Lisboa, v. 43, p. 817-840, 23 abr. 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/karin/Downloads/29918-Texto%20do%20Trabalho-127605-1-10-20230227%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/karin/Downloads/29918-Texto%20do%20Trabalho-127605-1-10-20230227%20(7).pdf). Acesso em: 08 abr. 2025.

DUARTE, Lélia Parreira. **Levantado do chão**, de José Saramago. Letras de Hoje, v. 17, n. 1, 1982. Disponível em: [file:///C:/Users/karin/Downloads/18008-Texto%20do%20artigo-69111-71041-10-20140709%20\(11\).pdf](file:///C:/Users/karin/Downloads/18008-Texto%20do%20artigo-69111-71041-10-20140709%20(11).pdf). Acesso em 02 maio. 2025.

FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo História de Portugal. 1 ed. Lisboa: Verso de Kapa, 2016. 205 p. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3381604/CHAM_Paulo_Dias_Fiogo_Ferreira_e_mbargo_18_meses.pdf. Acesso em 08 abr. 2025.

FIGEIREDO, António de. **Portugal: 50 anos de ditadura**. s. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976. 258 p.

MARCO, Ferrari. **A incrível História de António Salazar**, o ditador que morreu duas vezes. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023. 203 p.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 1960. 326 p.

MUSEU DO ALJUBE RESISTÊNCIA E LIBERDADE (Portugal). **Adelino dos Santos**. Lisboa: Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, [2025]. Disponível em: <https://www.museudoaljube.pt/doc/jose-adelino-dos-santos-2/>. Acesso em: 03 maio. 2025.

MUSEU DO ALJUBE RESISTÊNCIA E LIBERDADE (Portugal). **Germano Vidigal**. Lisboa: Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, [2025]. Disponível em: <https://www.museudoaljube.pt/doc/germano-vidigal/>. Acesso em 03 maio. 2025.

PIÇARRA, Constantino. O impacto político, económico e social da reforma agrária nos campos do Sul de Portugal, 1975-1977. **ED.Uva**, Lisboa, v. 40, p. 57-84. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/karin/Downloads/3918-Texto%20del%20art%C3%ADculo-10359-1-10-20201125%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/karin/Downloads/3918-Texto%20del%20art%C3%ADculo-10359-1-10-20201125%20(4).pdf). Acesso em: 04 abr. 2025.

PIRES, Ana Paula. As letras de uma revolução: a implantação da república em Portugal. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 6, p. 331-354, ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Z6ZkSnwwH6zc9Q8B3pDsBRC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 abr. 2025.

RAU, Virgínia. A grande exploração agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, p. 65–74, 1965. Disponível em: [file:///C:/Users/karin/Downloads/estagiorh,+A004N061%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/karin/Downloads/estagiorh,+A004N061%20(2).pdf). Acesso em: 04 maio 2025.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. A decadência da Monarquia Constitucional Portuguesa: fatores de afirmação do ideário republicano. **ARQUIPÉLAGO-Revista Nacional dos Açores**, 1986, Açores, v. 8, p. 83-114. 1986. Disponível em: [file:///C:/Users/karin/Downloads/content%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/karin/Downloads/content%20(3).pdf). Acesso em: 22 mar. 2025.

ROSAS, Fernando. Ser ou não ser A Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º aniversário. **Uminho Editora Revistas**, Minho, [S.V], p. 5-15, 2014. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/322776981.pdf>. Acesso em: 04 maio 2025.

RUSSO, Renan Henrique de Oliveira. Os Trabalhadores Rurais em Portugal nas Primeiras Décadas do Século XX (1900-1920): Perspectivas Historiográficas. In: **Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos-2014**, Santos, [S. V], p. 1-10, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406728641_ARQUIVO_RUSSO,Renan-OsTrabalhadoresRuraisemPortugalnasPrimeirasDecadasdoSeculoXX_1900-1920_.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

SALDANHA, Ana. O fim da Monarquia Constitucional portuguesa e o advento da República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, n 6, p. 331-354, ago. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/karin/Downloads/veronica,+Texto-Livre6%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/karin/Downloads/veronica,+Texto-Livre6%20(4).pdf). Acesso em: 04 abr. 2025.

SARAMAGO, José Saramago: **Levantado do Chão**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 368 p.

SARAMAGO, José. José Saramago: o despertar da palavra. Entrevistador: Horácio Costa. **Cult**, São Paulo, 1998, v. 17, n. p. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-despertar-da-palavra/>. Acesso em 02 maio. 2025.

SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. O término da Primeira República Portuguesa e as raízes do 28 de maio: o Estado Novo à vista. **Historiae**, v. 2, n. 3, p. 229-241, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/karin/Downloads/anajuliafurg,+HISTORIAE14%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/karin/Downloads/anajuliafurg,+HISTORIAE14%20(5).pdf). Acesso em: 04 abr. 2025.

SOUSA, Raniele Alves. **Uma Revolução na Revolução**: a legitimação da reforma agrária do Alentejo através da aplicação das leis das leis de Expropriação/Nacionalização e da imprensa portuguesa (1974-1976). 2021. p. 120. Monografia de Licenciatura em História, Universidade Estadual do Maranhão, Maranhão, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/jspui/bitstream/123456789/3804/1/MONOGRAFIA%20-%20RANIELE%20ALVES%20SOUSA-%20HIST%C3%93RIA%20UEMA%20-%202021.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VARELA, Raquel et al. Relações Laborais em Portugal entre 1930 e 2011. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 18, 34, p. 41-58, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264586002/552264586002.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

VARELA, Raquel; PIÇARRA, Constantino. A reforma agrária nos campos do sul de Portugal 1975: uma revolução na revolução. **Estudos Ibero-Americanos**, Lisboa, v.42, n.3, p. 1189-1218, 2016. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/iberoamericana/article/view/22985/15047>. Acesso em: 25 abr. 2025.